

Lula: “soberania do país não está à venda”

Mais de 30 mil no DF celebraram o Dia da Independência

Ricardo Stuckert/PR



Com o tema Democracia e Independência, presidente abriu o desfile no sábado

O presidente Lula abriu, às 9h14 do sábado (7), o desfile de 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O tema deste ano foi Democracia e Independência. Ele chegou ao local em carro aberto presidencial tradicionalmente usado nes-



Página 3

Paulo Neves/FUP



Brasil: ainda é o paraíso do financismo, por Paulo Kliass

Douglas Magno/CPB

Moção aprovada pelos Petroleiros quer reestatizar as refinarias vendidas

Em plenária, os petroleiros aprovaram por unanimidade uma moção pela reestatização das unidades da Petrobrás que foram privatizadas nos últimos anos. A categoria ressalta que a medida deve também garantir emprego e direito à “volta” para casa, com prioridade aos trabalhadores transferidos durante o processo de retomada do controle das unidades pela estatal. **Página 5**



Brasil faz campanha histórica na Paralimpíada e bate recordes

O Brasil superou seu recorde de medalhas nos Jogos Paralímpicos, em Paris, encerrando sua participação com 89 pódios, conquistando também o maior número de medalhas de ouro da história das parti-

cipações, iniciadas em 1972, na Alemanha. São 25 ouros, 26 pratas e 38 bronzes, deixando-nos em quinto lugar no quadro de medalhas. O objetivo do Comitê Paralímpico Brasileiro para as Paralimpíadas de Paris

era o de atingir sua melhor campanha e ficar pela primeira vez entre os 5 primeiros na competição, considerada uma meta audaciosa. Até então, o melhor desempenho do Brasil foi em Tóquio-2020, que ren-

deu ao país a sétima posição no quadro geral de medalhas (atrás de China, Grã-Bretanha, Comitê Paralímpico Russo, EUA, Holanda e Ucrânia), a mesma posição obtida em Londres 2012. **Página 4**

“Não faz sentido fechar os olhos, os ouvidos e a boca para os R\$ 870 bi de despesa orçamentária com juros e comandar uma verdadeira caça às bruxas em supostos vazamentos pouco expressivos nas políticas de natureza social”, afirma em artigo o economista Paulo Kliass, doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal. “É fundamental reorientar a política monetária e a política fiscal”, defende o especialista econômico. **Pág. 2**

“Mercado” insiste em cortar Saúde e Educação para seu esquema “Ponzi”

O esquema Ponzi é uma operação fraudulenta sofisticada do tipo “pirâmide”, que envolve a promessa de pagamento de rendimentos anormalmente altos (“lucros”) aos aplicadores à custa do dinheiro pago por novos aplicadores. Se parar de entrar, desaba tudo. É nesse tipo de “pirâmide” que se transformou o sistema da dívida pública no Brasil e em várias partes do mundo. **Página 2**

IBGE: produção industrial do país cai 1,4% em julho

Em julho deste ano, a produção industrial brasileira recuou 1,4% na comparação com o mês de julho (+4,3%), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também na série com ajuste sazonal, a indústria de transformação, que corresponde por mais de 80% da indústria geral, recuou 1,3% no mês, na mesma base comparativa. **Página 2**

REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Nazi Netanyahu estende para a Cisjordânia o genocídio que aplicou em Gaza

Forças da ocupação e extermínio de Netanyahu abriram fogo contra um carro na aldeia de Kharsa, ao sul da cidade cisjordana de Hebron. Invalideram por 10 dias o campo de refugiados de Jenin. **Página 6**

300 mil lotam as ruas para escorraçar Macron e sua fraude

Pág. 7

Brasil: ainda o paraíso do financismo

PAULO KLIASS*

“Não faz sentido fechar os olhos, os ouvidos e a boca para os R\$ 870 bi de despesa orçamentária com juros e comandar uma verdadeira caça às bruxas em supostos vazamentos pouco expressivos nas políticas de natureza social”

O nosso país segue batendo recordes atrás de recordes, em inúmeras variáveis e modalidades, para assegurar o título de campeão mundial de juros. Para a elite do financismo local, pouco importa que tal pódio seja considerado uma vergonha internacional e um escândalo no que se refere a definições de prioridades de política econômica. Aliás, para um governo que se pretende reformador da ordem da profunda desigualdade que marca também a cena global, a insistência em continuar com esse misto de política fiscal da austeridade e política monetária do arrocho em suas próprias praças se apresenta como um péssimo cartão de visitas.

Lula tem passado boa parte dos dias de seu terceiro mandato batendo fortemente na condução de Roberto Campos Neto à frente do Banco Central (BC). Trata-se de uma estratégia importante e correta, uma vez que o herdeiro bolsionista no coração do órgão regulador e fiscalizador dos sistemas bancário e financeiro logo apresentou-se, desde o início, como um verdadeiro sabotador do novo governo, que havia derrotado o defensor da ditadura e da tortura nas urnas. Mas o fato é que os quatro membros da diretoria do BC indicados pelo atual Chefe do Executivo – e, portanto, integrantes do Comitê de Política Monetária (COPOM) – têm acompanhado de forma sistemática as posições de Campos Neto no interior do órgão que estabeleceu o patamar da taxa oficial de juros.

AS DÚVIDAS A RESPEITO DE GALÍPOLO

O problema é que a indicação de Gabriel Galípolo para substituir o presidente bolsionista a partir de janeiro de 2025 corre o risco de “naturalizar” a política monetária vigente. Na tentativa de buscar um nome que fosse de agrado dos representantes do sistema financeiro, o presidente da República perde mais uma oportunidade de acertar a trilha da mudança, rumo a um projeto nacional de desenvolvimento econômico, social e ambiental. O nomeado ainda vai cumprir com o ritual da sabatina no Senado Federal para ter sua indicação confirmada. Mas já tem dado declarações públicas a favor da manutenção da taxa SELIC nas alturas. Até mesmo Lula já começa a flexibilizar sua cruzada contra os juros elevados, dizendo que se Galípolo o convencer a aumentar SELIC, ele ficará de acordo. Em entrevista a uma emissora de rádio, ele se saiu com a seguinte declaração:

(...) “Se um dia Galípolo chegar para mim e disser que tem que aumentar a taxa de juros, ótimo.” (...) [sic]

Assim tudo leva a crer que a substituição ficará com toda a cara de trocar seis por meia dúzia, como diz a expressão popular. Lula sabe que não mais poderá criticar a nova alta da taxa, uma vez que teria indicado o Presidente do BC e a maioria dos integrantes da diretoria do órgão e do COPOM. Afinal, a partir do início do ano que vem, não haverá mais a desculpa da “herança maldita”. Como Galípolo contará com um mandato de 4 anos à frente do BC, resta saber como ele se comportará na função: preparando o terreno para seu promissor futuro profissional no interior do financismo ou mantendo uma coerência com o projeto desenvolvimentista para o qual Lula foi eleito em outubro de 2022?

O BC publicou na semana passada sua mais recente nota sobre as estatísticas fiscais. A julgar pelas informações divulgadas, o desastre continua. O Brasil bateu novo pico nas despesas com juros da dívida pública. Em julho deste ano, o total repassado aos operadores do sistema financeiro atingiu o valor de R\$ 80 bilhões. Trata-se de um montante superior em fantásticos 74% mais elevado aos R\$ 46 bi registrados no mesmo mês do ano passado. Uma loucura! Não existe uma única rubrica orçamentária que tenha sido aquinhoadada com tamanho salto ao longo do período. Como se vê, a verdadeira “gastança irresponsável dos recursos públicos”, tão amplamente denunciada pelas elites endinheiradas e reverberada pelos grandes meios de comunicação, reside em um outro endereço.

Continua no site: <https://horadopovo.com.br/brasil-ainda-o-paraíso-do-financismo-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

SUCURSAS:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Produção industrial brasileira recua 1,4% em julho, diz IBGE



Foto: José Paulo Lacerda/Agência CNI

Indústria de transformação cai 1,3% frente a junho

Em julho deste ano, a produção industrial brasileira recuou 1,4% na comparação com o mês de julho (+4,3%), informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesta quarta-feira (4). Também na série com ajuste sazonal, a indústria de transformação, que corresponde por mais de 80% da indústria geral, recuou 1,3% no mês, na mesma base comparativa.

Com os resultados, a indústria nacional está 15,5% abaixo do pico mais alto da série histórica, registrado em 2011.

No sétimo mês deste ano, duas das quatro grandes categorias econômicas apresentaram saldos negativos em suas produções: Bens de Capital (-0,3%), Bens Intermediários (-0,3%) e Bens de Consumo (-2,5%) – com Duráveis (9,1%) e Semi-duráveis (-3,1) –, todas em comparação com o mês imediatamente anterior.

No acumulado de 12 meses até julho, Bens de Capital acumulou queda de -2,4% ante ao mesmo intervalo de meses de 2023. Já as demais categorias econômicas figuram no polo positivo: Bens Intermediários (2,1%) e Bens de Consumo (3,4%).

Nesta base comparativa, o IBGE não considera o cálculo de ajuste sazonal – quando são descontadas as oscilações sazonais (alterações climáticas, férias, feriados etc.) que incidem sobre os dados.

Na passagem de junho para julho, além da indústria de transformação (-1,3%), a Indústria extrativa (-2,4%) também apresentou recuo na produção. Nesse período, ainda, sete dos 25 ramos industriais pesquisados mostraram quedas em suas produções.

Entre os destaques, estão: produtos alimentícios (-3,8%); coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-3,9%); celulose, papel e produtos de papel (-3,2%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-2,6%); e produtos farmacêuticos e cosméticos (-2,6%).

No acumulado do ano até junho, a produção industrial nacional está 3,2% em alta. Frente a julho de 2023, a produção cresceu 6,1%, na série sem ajuste sazonal.

Ontem, o IBGE divulgou que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro cresceu 1,4% no segundo trimestre de 2024, em comparação com o primeiro trimestre deste ano (1% dado revisado), com altas na Indústria de Transformação (1,8%) e melhora nos investimentos em máquinas, equipamentos etc., (2,1%, conforme a FBCF).

Manter ou subir juro para “deter” PIB projetado de 2,7% é ato criminoso

Previsão é do ministro da Fazenda, Haddad. Achar que um PIB de 2,7% é muito, é pura esquizofrenia

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 1,4% no 2º trimestre de 2024, na comparação com os três meses imediatamente anteriores, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta terça-feira (3). Fernando Haddad, comemorou o resultado e disse que o governo vai atualizar as projeções de desempenho da atividade econômica, o que deverá indicar um crescimento de 2,7% ou 2,8% em 2024.

COMEMORAÇÃO

A comemoração é compreensível diante da estagnação em que o país se encontra. Para se ter uma ideia, desde 1930 até a década de 80 do século passado o PIB brasileiro cresceu a uma média de 7% ao ano. A projeção de Haddad para este ano está em 2,7% ou 2,8%. A década de 1980, considerada a “década perdida”, teve um crescimento médio ao redor de 2%. Ou seja, se confirmada a previsão do ministro da Fazenda, estaremos um pouco acima da “década perdida”.

Mas, o pior não é uma comemoração exagerada para um crescimento não tão robusto. E sim o fato desta comemoração e essa euforia ensinar a gritaria da banca e de sua mídia de que o país estaria “bombando” e que é necessário, portanto, elevar imediatamente os juros.

Onde já se viu o país cres-

“Mercado” insiste em cortes sociais para alimentar seu esquema “Ponzi”

Só de juros nos últimos 12 meses foram transferidos R\$ 870 bilhões do orçamento público para os bancos. E mesmo assim, a dívida seguiu crescendo

O economista norte-americano Michel Hudson, professor de economia na Universidade do Missouri, no Kansas, já vem chamando a atenção há algum tempo em seus artigos para o fato de que o cassino em que se transformou o mercado financeiro, aprisionando a maioria dos países do mundo, está se tornando, na verdade, num grande esquema “Ponzi”.

PIRÂMIDE

O esquema Ponzi é uma operação fraudulenta sofisticada do tipo “pirâmide”, que envolve a promessa de pagamento de rendimentos anormalmente altos (“lucros”) aos aplicadores à custa do dinheiro pago por novos aplicadores. Se parar de entrar, desaba tudo. O nome técnico, “Ponzi”, se refere a um grande golpista, o italiano Charles Ponzi, que criou o esquema anos atrás nos Estados Unidos.

E nesse tipo de “pirâmide” que se transformou o sistema da dívida pública no Brasil e em várias partes do mundo. No caso da pirâmide com os títulos públicos brasileiros, quem sustenta o “esquema” é a população, através do desvio de recursos do Orçamento Geral para a remuneração desses títulos.

Este verdadeiro crime só funciona e se mantém com a retirada crescente e alucinada de recursos do orçamento, da produção, da área social, em suma, do conjunto da sociedade para injetar no buraco negro da especulação.

JUROS ALIMENTANDO JUROS

É exatamente isso o que estamos assistindo no Brasil. Só de juros dos títulos nos últimos doze meses até julho foram transferidos R\$ 870 bilhões do orçamento público para os bancos. E

mesmo assim, como alertou o economista Paulo Kliass, a dívida seguiu crescendo descontroladamente.

Com juros nominais, determinados pelo BC, de 10,5%, o país está se endividando cada vez mais só para pagá-los. O Orçamento Geral da União está espremido para garantir que a ciranda continue.

E agora o que vemos é uma pressão criminosa do mercado financeiro para reduzir as despesas obrigatórias do governo como garantia de que este esquema não será paralisado. Ou seja, querem retirar dinheiro destinado pela Constituição para a Saúde, Educação, Previdência e salários de servidores para seguir alimentando seu esquema “Ponzi”.

Mas, eles não são bobos. Mentem, dizendo que os cortes nas despesas obrigatórias seriam para suprir os recursos para investimentos. Pura falácia. Ele não quer que se toque na taxa alucinada de juros, taxa que vem alimentando os seus superlucros os últimos anos. Foram R\$ 4,7 trilhões nos últimos dez anos, segundo a FIESP.

Entre juros e amortizações o país está transferindo praticamente metade de seu orçamento aos bancos. A outra metade é dividida para toda a sociedade. As despesas financeiras somam R\$ 2,77 trilhões do total do Orçamento União. Destes, R\$ 870 bilhões são juros. Na lei orçamentária de 2025, as despesas primárias – tudo menos as financeiras – somam R\$ 2,93 trilhões.

SOCIEDADE QUE PAGA

Na metade do orçamento destinada à sociedade, as despesas obrigatórias consomem 92% enquanto as despesas discricionárias, onde se encontram as verbas para investimento, ficam com 8%

Mínimo terá acréscimo de R\$ 97 em 2025

A equipe econômica detalhou nesta segunda-feira (2), em coletiva à imprensa, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para 2025, enviado ao Congresso Nacional na sexta-feira (30/8). O PLOA prevê um salário mínimo de R\$ 1.509 em 2025, alta de 6,87% em relação ao atual (R\$ 1.412) ou um acréscimo de R\$ 97,00.

A proposta de reajuste do salário mínimo segue a regra de correção automática do

piso salarial nacional, extinta em 2019, mas retomada pelo governo Lula em 2023. O valor inclui reajuste pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 12 meses até novembro de 2024 (estimativa de 3,82%), mais a variação do PIB (Produto Interno Bruto) do ano passado (aumento real de 2,91%).

O salário mínimo serve de referência para 59,3 milhões de pessoas no Brasil, segundo um levantamento feito pelo

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Os benefícios do sistema de pensões e aposentadorias do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), por exemplo, também estão vinculados ao reajuste do salário mínimo.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/governo-confirma-acrescimo-de-r-97-no-salario-minimo-em-2025/>

Planos de saúde esfolam povo e lucram R\$ 5,6 bi

Os planos de saúde registraram um lucro líquido de R\$ 5,6 bilhões no primeiro semestre deste ano, o que representa uma alta de 180% em comparação ao mesmo período de meses do ano passado (R\$ 2 bilhões). Os dados são da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Esse é o melhor resultado para o período desde 2019 (R\$ 7,2 bilhões), quando afastado o lucro de 2020 (R\$ 11,3 bilhões), considerado atípico por conta da pandemia de Covid-19 – um período em que

houve suspensão de atendimentos eletivos.

No primeiro semestre deste ano, as operadoras médico-hospitais registraram lucro de R\$ 5,1 bilhões. Já as operadoras exclusivamente odontológicas registraram lucro de R\$ 338 milhões e as administradoras de benefícios, de R\$ 106,8 milhões.

Em 2023, as operadoras de planos de saúde registraram um lucro de R\$ 3 bilhões, puxado pelos preços dos planos coletivos, que subiram 14,38%, em média, conforme a ANS.

Os planos de saúde coletivos ocupam mais de 80% do mercado brasileiro. Esse modelo de contrato (coletivos por adesão ou corporativos) é reajustado entre as seguradoras e os contratantes. A outra parte são contratos de plano de saúde individuais e familiares, que neste ano sofreram um reajuste anual máximo de 6,91%, valor reajustado pela ANS. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/planos-de-saude-esfolam-populacao-e-lucram-r-56-bi-no-primeiro-semester/>

SÉRGIO CRUZ

30 mil celebram o Dia da Independência em Brasília



Deputada e presidente nacional do PT Gleisi critica 'assanhamento do mercado' para elevar juros

A presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann, criticou, na quarta-feira (4) em suas redes sociais (Bluesky), o assanhamento do mercado financeiro em querer elevar os juros após o crescimento de 1,4% do PIB no segundo trimestre do ano.

De fato, a deputada tem toda a razão. Um crescimento pequeno como este, diante dos problemas graves do Brasil, não pode ser pretexto para subir juros, como querem os financistas.

Ela cobrou mais rigor técnico do "mercado" e dos diretores do BC na análise da economia. "Quando o Brasil vê crescimento do PIB, investimentos, renda e consumo, a Faria Lima se assanha porque quer que o BC aumente mais os juros", denunciou a deputada. "Que análise 'técnica' é essa que ignora fundamentos sólidos da economia para alimentar a especulação?", questionou Gleisi Hoffmann.

A parlamentar chamou de ganância de lucro fácil o que eles estão fazendo. "Sabotam o país e quem trabalha para fazê-lo crescer", denunciou. "No acúmulo, até julho de 2024, a inflação foi de 2,87%, a menor desde 1998. Essa política poderia ser mais ousada, não fosse a estratagema de desenvolvimento", disse ela sobre os investimentos.

"O PIB de 2024 vai crescer mais que de 2023. Se acertarmos a política monetária e a Faria Lima parar de atacar a política fiscal, 2025 será ainda melhor. Esse é o compromisso do governo Lula, que foi eleito para governar para o povo", disse a deputada.

Mais grave ainda é que a tendência apontada por analistas é de desaceleração no segundo semestre. Se aumentar os juros, essa desaceleração será ainda maior.



Lula e autoridades assistem ao desfile dos estudantes na Esplanada dos Ministérios

Ato fascista do bozo é marcado por divisão, xingamentos a Moraes e tietagem a Musk

Jair Bolsonaro (PL) passou mal na manhã do sábado (7), pouco antes do ato contra Alexandre de Moraes, e foi levado ao Hospital Albert Einstein, na Zona Sul de São Paulo. Segundo a assessoria, ele estaria com uma gripe e sem voz. Outros dizem que foi desculpa para não se complicar nas garras da Justiça. Bolsonaro está inegável e responde por tentativa de golpe de Estado.

PASSOU MAL
Como não ia pegar bem, ele foi trazido do hospital ainda de manhã e foi no ato fazer defesa de si próprio. Ele cobrou também impunidade para golpistas que invadiram e depredaram os Três Poderes em 8 de janeiro. Disse crer na reversão, pelo Congresso, da sua inelegibilidade, e chamou de ditador o ministro Moraes, relator de inquéritos nos quais ele é investigado.

"Eu espero que o Senado Federal bote um freio em Alexandre de Moraes, esse ditador que faz mais mal ao Brasil que o próprio Luiz Inácio Lula da Silva", afirmou o golpista inegável. O ato, bancado pelo pastor Silas Malafaia, e que tinha muitos candidatos às próximas eleições municipais, contou com um número de participantes abaixo do esperado pelos organizadores.

O governador e prefeito se esforçaram para tentar encher a Paulista. Com camisas amarelas da seleção, as pessoas carregavam cartazes pedindo mais uma vez a intervenção militar. Outros defendiam o massacre israelense em Gaza e tietavam o bilionário americano Elon Musk, que se recusou a obedecer as leis brasileiras.

BILIONÁRIO
"Dudu Bananinha" falou de um assunto que ele domina. Ele afirmou que o "psicopata é in-

capaz de se colocar no lugar do outro". Conhecido por desrespeitar a tudo e a todos, concluiu-se que ele estava falando de si mesmo. Ele estava esperando porque Alexandre de Moraes cobrou que o bilionário Elon Musk respeite as leis brasileiras. Estava raivoso também porque o STF condenou golpistas que invadiram e depredaram as sedes dos três poderes em Brasília no 8 de Janeiro.

O ex-vendedor de cachorro-quente na Disneylândia e cabo eleitoral de Donald Trump estava usando com uma camisa com propaganda da plataforma X em referência à rede social americana. No merchandising, o script era dizer que o empresário "batalha pela liberdade de expressão". Ao final, o psicopata tentou puxar palavras de ordem pelo impeachment de Alexandre de Moraes.

DIVISÃO
O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, saiu de fininho e foi embora do ato antes do discurso de Jair Bolsonaro. Parece que Nunes não quer se comprometer com os ataques ao Supremo e ao pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes. Um dos participantes, João Pires, de 60 anos, diz que o apoio de Bolsonaro a Nunes se deve a um arranjo partidário. "Acho que se trata de uma estratégia política. Creio que Bolsonaro tá nessa porque não tem uma outra opção. Ele tem que obedecer ao partido. [...] Nunes é um Zé Ninguém. Acho que ele vai receber uma bela de uma vaia", afirma ele ao Metrôpoles.

No momento em que o emedebista saía sem ser notado, Nikolas Ferreira dizia improperios contra Alexandre de Moraes e outros ministros do STF. O prefeito paulistano sequer aguardou

o discurso de Tarcísio ou o do pastor Silas Malafaia, organizador do evento.

TARCÍSIO
Em sua fala, Tarcísio chegou a dizer que estava ali pela "pacificação". Não teve coragem de citar o nome de Alexandre de Moraes. Mas pediu aos congressistas a anistia para os condenados por invadir e depredar as sedes dos Três Poderes em Brasília no 8 de Janeiro. Ele disse que os terroristas que quebraram tudo foram "apenados de forma cruel". Ele pediu a impunidade para os golpistas. "O congresso pode nos dar esse remédio político", disse o governador.

Cartazes defendiam o bilionário Elon Musk e atacavam Moraes. "Fora Alexandre de Moraes" e "Abaixo a Ditadura" eram vistos entre os seguidores de Jair Bolsonaro (PL). Eles reclamavam também contra a inelegibilidade do ex-presidente, punido por usar a máquina do governo para tentar um golpe contra a democracia. Ameaçavam também a Rodrigo Pacheco. Os cartazes pediam para que ele pautasse o pedido de impeachment de Moraes no plenário do Senado: "Se não pautar, vamos cassar".

MARÇAL
O candidato condenado por roubo qualificado, Pablo Marçal chegou à avenida após o discurso de Bolsonaro. Ele circulou pela área próxima ao carro de som em que estava Bolsonaro, mas não conseguiu subir no palanque. O prefeito Nunes não estava mais no veículo quando o adversário apareceu. Além de Eduardo Bolsonaro, participaram do ato bolsonaristas como Bia Kicis (PL-DF), Gustavo Gayer (PL-GO), Ricardo Salles (Novo-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG), Julia Zanatta (PL-SC), o senador Magno Malta (PL-ES).

Lula demite Sílvio Almeida após denúncias de assédio

O ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, foi exonerado do cargo pelo presidente Lula na sexta-feira (6) após a divulgação de que ONG Me Too Brasil recebeu denúncias de assédio sexual contra ele.

Após a divulgação do caso pela imprensa, Sílvio Almeida disse que as denúncias não passavam de mentiras, sem provas. Ele também afirmou que iria pedir na Justiça responsabilização de quem fez os relatos e argumentou que as acusações são uma

perseguição contra ele, um homem preto.

Almeida também foi convocado para "prestar esclarecimentos ao controlador-geral da União, Vinícius Carvalho, e ao advogado-geral da União, Jorge Messias, por conta das denúncias publicadas pela imprensa contra ele".

Após reunião com Sílvio Almeida, no Palácio do Planalto, o presidente Lula disse que a situação dele é insustentável e o tirou do cargo. "O presidente considera insustentável a manutenção do ministro no cargo con-

siderando a natureza das acusações de assédio sexual", afirmou nota da Presidência.

A existência das denúncias foi divulgada na quinta-feira (5) pelo portal "Metrôpoles" e confirmada em nota pública pela ONG, que combate a violência sexual. Segundo o portal, os episódios teriam ocorrido no ano passado e uma das vítimas foi a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Na manhã desta sexta-feira, a primeira-dama, Janja, divulgou foto em apoio a Anielle.

O tema deste ano foi Democracia e Independência. Em seu pronunciamento no rádio e TV na sexta-feira (6), o presidente Lula defendeu que a soberania do país "não está à venda"

O presidente Lula abriu, às 9h14 do sábado (7), o desfile de 7 de Setembro na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O tema deste ano é Democracia e Independência. O presidente chegou à local em carro aberto presidencial tradicionalmente usado nesta cerimônia, após passar em revista as tropas próximo ao Palácio do Planalto.

Em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e TV na noite de sexta-feira (6), o presidente Lula defendeu que a soberania do país "não está à venda", e destacou que a democracia vai além do simples ato de votar. A primeira-dama não estava presente por estar numa missão internacional. Ela foi convidada pela xeica do Catar, Mozha bin Nasser al-Missned, para participar da 5ª Celebração do Dia Internacional para Proteger a Educação de Ataques, em Doha.

O presidente foi recebido pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e pelos comandantes das três Forças Armadas. Na tribuna marcam presença ao lado de Lula o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco; o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, e os ministros da Corte Alexandre de Moraes, Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Cristiano Zanin e Edson Fachin.

Participam do desfile 30 atletas olímpicos que competiram nos jogos de Paris, entre julho e agosto, além do mascote da vacinação brasileira, o Zé Gotinha. O atleta Caio Bonfim que, na França, faturou a prata inédita para o Brasil na marcha atlética, foi o porta-bandeira do grupo.

Logo no início do desfile, o medalhista de prata na marcha atlética nas Olimpíadas de Paris, Caio Bonfim, passou pela Esplanada dos Ministérios conduzindo uma tocha que representa o Fogo Olímpico. Ele e outros 31 esportistas participaram do desfile representando os atletas olímpicos brasileiros. Caio Bonfim é brasileiro.

A realização do encontro de cúpula do G20 também foi representada por bandeiras dos países participantes. A reunião ocorrerá em novembro, no Rio de Janeiro, sob a presidência do Brasil. O G20 reúne as 20 economias mais desenvolvidas do mundo.

Também estiveram na tribuna o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha; e os ministros da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski; da Casa Civil, Rui Costa; das Relações Institucionais, Alexandre Padilha; das Mulheres, Cida Gonçalves; do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva; de Minas e Energia, Alexandre Silveira; da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; da Cultura, Margaret Menezes.

Também estavam presentes o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, e o ministro da Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta. Ambos prestigiam a homenagem que a festividade faz ao estado afetado pelas fortes chuvas em maio.

Mais de 30 mil pessoas acompanharam o desfile do Dia da Independência. Neste ano, o evento que celebra o Dia da Independência está organizado em três eixos temáticos: a presidência rotativa do Brasil do G20 e a Cúpula de chefes de Estado que será realizada em novembro, na cidade do Rio de Janeiro; o apoio

e esforços para a reconstrução do Rio Grande do Sul, após as fortes chuvas de maio.

O último eixo trata do aumento da proteção da população, em especial, das crianças, por meio das campanhas de vacinação e a ampliação dos serviços de atendimento primário em saúde, com a retomada do programa Mais Médicos do governo federal.

Autoridades presentes
Alexandre de Moraes – ministro do STF;
Alexandre Padilha – ministro das Relações Institucionais;
Alexandre Silveira – Minas e Energia
André Fufuca – ministro do Esporte;
André de Paula – ministro da Pesca;
Andrei Rodrigues – delegado-geral da Polícia Federal;
Antônio Oliveira, diretor da Polícia Rodoviária Federal;
Camilo Santana – ministro da Educação;
Celso Sabino – ministro do Turismo;
Cida Gonçalves – ministra das Mulheres;
Cristiano Zanin – ministro do STF;
Edson Fachin – ministro do STF;
Edegar Pretto – presidente da Conab;
Eduardo Leite – governador do Rio Grande do Sul; Esther Dweck – ...
Carlos Lupi – ministro da Previdência;
Dias Toffoli – ministro do STF;
Ibaneis Rocha – governador do Distrito Federal;
Geraldo Alckmin – vice-presidente e ministro da Indústria;
General Amaro – ministro do GSI;
Gilmar Mendes – ministro do STF;
Herman Benjamin – presidente do STJ;
Jader Filho – ministro das Cidades;
Jaques Wagner – líder do Governo no Senado;
José Múcio – ministro da Defesa;
Juscelino Filho – ministro das Comunicações;
Láercio Portela – ministro da Secom;
Luciana Santos – ministra da Ciência e Tecnologia;
Luís Roberto Barroso – presidente do Supremo Tribunal Federal;
Luiz Marinho, ministro do Trabalho;
Márcio França – ministro do Empreendedorismo;
Márcio Macêdo – ministro da Secretaria-Geral da Presidência;
Margareth Menezes – ministra da Cultura;
Marina Silva – ministra do Meio Ambiente;
Nísia Trindade – ministra da Saúde;
Paulo Pimenta – ministro interino de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul;
Renan Filho – ministro dos Transportes;
Ricardo Lewandowski – ministro da Justiça;
Rodrigo Pacheco – presidente do Senado;
Sílvio Costa Filho – ministro dos Portos e Aeroportos;
Simone Tebet – ministra do Orçamento;
Rui Costa – ministro da Casa Civil;
Tarciana Medeiros – presidente do Banco do Brasil;
Vinicius Marques de Carvalho – ministro da CGU;
Waldez Góes – ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional;
Wellington Dias – ministro do Desenvolvimento Social.

Depois de levar 'prensa' do bando, Marçal jura que Avalanche, o chefe do partido, não é do PCC

A ousadia do crime organizado está chamando a atenção das autoridades brasileiras nessas eleições. Depois da passagem de Bolsonaro pelo Planalto, eles passaram a operar em vários setores da sociedade, desde o mercado financeiro até a política. Agora, um elemento com uma vasta ficha criminal, que foi preso e condenado por roubo qualificado e estelionato, que integrava uma quadrilha de golpes bancários, tenta chegar à Prefeitura de São Paulo.

Mais do que isso. Recentemente, o jornal Estado de S. Paulo mostrou que aliados do presidente do PRTB, partido usado por Pablo Marçal para disputar o pleito na capital, participaram de um esquema de troca de carros de luxo por cocaína para a organização criminosa PCC (Primeiro Comando da Capital). Em um áudio revelado pelo jornal "Folha de S. Paulo", Leonardo Avalanche, presidente do PRTB, aparece afirmando que mantém vínculo com a facção paulista.

O CHEFE DO PARTIDO DE MARÇAL
Leonardo Alves de Araújo, conhecido como Léo Avalanche, é o presidente nacional do PRTB. Ele disse a um colega de partido, em fevereiro deste ano, que mantém relações com integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Na gravação, Avalanche fala com Thiago Brunelo, filho de um dos fundadores do PRTB. O diálogo ocorre em meio a uma disputa interna do partido, após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decretar intervenção na sigla.

"Não tem o Piauí, de [inaudível]? Não tem o chefe do PCC que está solto? Ele é a voz abaixo", disse Avalanche, referindo-se ao seu motorista. "Ele nunca mexeu com política. Hoje ligaram para o menino, né, lá dentro da cadeia e falaram: 'Estou trabalhando pro Avalanche de motorista'".

Segundo a Folha de São Paulo, o Piauí citado por Avalanche seria Francisco Antonio Cesário da Silva, ex-chefe do PCC na favela de Paraisópolis, zona sul da capital. O motorista do político seria, na versão dele, um aliado do criminoso na facção. A conversa foi registrada em um áudio divulgado em 8 de agosto pelo jornal Folha de S. Paulo.

O CARA QUE SOLTOU ANDRÉ [DO RAP]

"Eu sou o cara que soltou o André [do Rap]. A turma não sei se vai te contar isso. Esse é o meu trabalho, entendeu? A próxima, agora, a gente vai botar um lugar acima dele. Esse é o meu dia a dia [...] Eu faço um trabalho bem discreto", afirmou o presidente da legenda de Pablo Marçal (PRTB) na gravação.

Em 26 de agosto, em uma sabatina na Globonews, já desmascarado pela participação na quadrilha de golpes bancários em Goiás, Marçal foi questionado sobre o PCC e Leonardo Avalanche, quando afirmou que iria se livrar dele. "Eu vou fazer isso. Vou deixar formalizado da minha parte [o pedido de afastamento do Avalanche]", afirmou. Ele ainda afirmou que já havia solicitado informalmente o afastamento de Avalanche, mas o presidente da sigla recusou, alegando que vai "provar sua inocência", disse na época.



Desfile dos militares atraiu a atenção do público presente no dia

Brasil faz história nas Paralímpiadas com recorde de medalhas e 5º lugar

Com uma campanha irretocável nos Jogos de Paris, o Brasil cumpriu o objetivo e se firmou com uma das cinco maiores potências paralímpicas do mundo

O Brasil superou seu recorde de medalhas nos Jogos Paralímpicos, em Paris, encerrando sua participação com 89 pódios, conquistando também o maior número de medalhas de ouro da história das participações, iniciadas em 1972, na Alemanha. São 25 ouros, 26 pratas e 38 bronzes, deixando-nos em quinto lugar no quadro de medalhas.

O objetivo do Comitê Paralímpico Brasileiro para as Paralímpiadas de Paris era o de atingir sua melhor campanha e ficar pela primeira vez entre os 5 primeiros na competição, considerada uma meta audaciosa. Até então, o melhor desempenho do Brasil foi em Tóquio-2020, que rendeu ao país a sétima posição no quadro geral de medalhas (atrás de China, Grã-Bretanha, Comitê Paralímpico Russo, EUA, Holanda e Ucrânia), a mesma posição obtida em Londres 2012.

Com uma campanha irretocável, o Brasil cumpriu o objetivo e se firmou com uma das cinco maiores potências paralímpicas do mundo. Com 94 ouros, a China foi a grande campeã, seguida pela Grã-Bretanha em segundo, com 49, e pelos Estados Unidos, com 36 medalhas douradas.

A primeira participação do Brasil nos Jogos Paralímpicos foi em Heidelberg, Alemanha,

em 1972. Contudo, a primeira medalha só viria a ser conquistada na edição seguinte nos Jogos de Toronto 1976, no Canadá, com a dupla formada por Robson Sampaio de Almeida e Luiz Carlos da Costa, que conquistou a prata no Lawn Bowls, modalidade semelhante à bocha, praticada na grama.

Até Paris-2024, a edição dos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 era a melhor campanha do Brasil na história do maior evento do paradesporto, com o mesmo número de vezes que a edição anterior (no Rio 2016), 72 vezes, porém com mais ouros que na edição anterior, com 22 medalhas de ouro, 20 de prata e 30 de bronze.

Neste domingo (8) ainda teve mais medalhas de ouro para o Brasil. O sul-mato-grossense Fernando Rufino venceu a prova dos 200m, na classe VL2 (usa tronco e braços na remada), em prova com dobradinha brasileira. Com a prata ficou o paranaense Igor Tofalini.

Também campeã, a carioca Tayana Medeiros conquistou o ouro na categoria até 86kg do halterofilismo. A atleta levantou 156kg, bateu o recorde paralímpico e ganhou sua primeira medalha no megaevento. A modalidade fechou o programa dos Jogos Paralímpicos, neste domingo.



Tayana Medeiros conquistou o ouro na categoria até 86kg do halterofilismo

Boulos critica privatização da Sabesp e defende reverter concessão de cemitérios em São Paulo

O candidato à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL), durante sabatina à Rádio Eldorado, nesta terça-feira, 3, reafirmou ser contra a privatização da Sabesp e disse que se dependesse dele, reverteria a venda.

Segundo Boulos, a privatização é “danosa” para a população da capital paulista e não representa a “solução dos problemas” de saneamento que São Paulo enfrenta.

O candidato disse que, se dependesse apenas dele, como prefeito reverteria a privatização. “Isso infelizmente não depende apenas do prefeito, tem um contrato firmado, já feito. O que dependesse da minha vontade eu reverteria. Acho que é um dano para a cidade”, afirmou.

Boulos ainda defendeu a anulação da entrega dos cemitérios para a iniciativa privada. afirmou que, se eleito, vai trabalhar para reverter o contrato. “Criou-se uma indústria da morte”, disse. O deputado citou o uso da máquina pública pelo atual prefeito, Ricardo Nunes (MDB), e a chegada do candidato Pablo Marçal (PRTB), a quem se refere como “franco-atirador”.

“Minha preocupação não está em pesquisas, mas buscar garantir que as eleições de São Paulo tenham um bom nível, e isso está sendo difícil para caramba”, disse se referindo a estratégia do adversário em levar os debates “para a lama”.

Apesar disso, o candidato



Privatização é “danosa” para a população da capital

afirma que tem crescido nas principais pesquisas de intenção de voto. “Isso não é motivo para ter preocupação, ao contrário, isso mostra resiliência e o nível de resiliência da nossa campanha”, afirmou Boulos.

O candidato também afirmou durante entrevista que não pretende aumentar o uso de armas letais pelo efetivo da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Disse que manterá a entidade “armada como está hoje”. “O papel central da GCM é policiamento de proximidade”, disse o deputado federal. Ao invés disso, Boulos, se eleito, pretende investir em ações de caráter preventivo, como rondas escolares, e policiamento comunitário.

Segurança, tema que hoje representa uma das principais preocupações do eleitor, está na pauta do candidato, que prometeu atuar “cirurgicamente” sobre a questão dos roubos e furtos de celulares, que tem sido um problema principalmente na região cen-

tral da cidade. Segundo ele, a estratégia será implementar ações de inteligência para mapear o comércio de recepção de aparelhos.

Ainda no contexto, Boulos alertou para “o risco de infiltração do crime organizado e das milícias na Prefeitura de São Paulo”. Para o candidato do PSOL, esta dinâmica “já está acontecendo”, vide a situação da Cracolândia, na região central da cidade, e dos contratos de ônibus da gestão de Nunes, alvos de investigação da Operação Fim da Linha, deflagrada em abril deste ano.

Nas considerações finais, o candidato voltou a afirmar que está difícil encontrar espaços para debater as propostas da cidade com “sensatez, equilíbrio, preparo e projeto”, dizendo que parte de seu trabalho é “não deixar a aliança de bolsonarismo e banditismo tomar conta” da capital.



Protagonizado por Fernanda Torres e Selton Mello, filme foi aplaudido por 10 minutos após a exibição

“Ainda Estou Aqui”, ganha prêmio de Melhor Roteiro no Festival de Veneza

O filme “Ainda Estou Aqui”, dirigido por Walter Salles, ganhou o prêmio de Melhor Roteiro no Festival de Veneza, no sábado (7), assinado por Murilo Hauser e Heitor Lorega.

O longa é baseado no livro homônimo de Marcelo Rubens Paiva, e conta a saga real da mãe do escritor, Eunice, advogada que acabou se tornando uma militante política após o sequestro e assassinato pela ditadura militar do seu marido, o então deputado Rubens Paiva, e a sua luta para criar sozinha os cinco filhos do casal.

Eunice Paiva passou 40 anos procurando a verdade sobre o seu marido, que foi levado de casa pela Polícia Militar, em 1971, e nunca mais foi visto.

Quando da sua exibição no festival, o filme foi ovacionado e aplaudido por 10 minutos ininterruptos. Protagonizado por Fernanda Torres – que concorreu ao prêmio de melhor atriz, que acabou indo para Nicole Kidman –, e Selton Mello, o longa traz ainda a participação especialíssima de Fernanda Montenegro, que vive a protagonista em outra idade.

Murilo Hauser e Heitor Lorega dedicaram o prêmio ao diretor e ao elenco do filme, em especial a atriz Fernanda Torres. Eles também agradeceram à família que inspirou o roteiro.

“Dedico [a premiação] à Eunice e aos Paiva por nos deixarem entrar em sua história”, disse Hauser. Heitor Lorega, por sua vez dedicou a premiação à Fernanda Torres, ao dar um “Viva” ao “cinema brasileiro!”, e afirmou: “é pra você Nanda”.

Para o diretor, Walter Salles, “o prêmio de Melhor Roteiro abraça todo um filme, porque um roteiro é a sua argamassa. Nele, o Festival reconhece o trabalho destes roteiristas tão talentosos que são Murilo Hauser e Heitor Lorega, o livro incrível de Marcelo Rubens Paiva, a história de Eunice, Rubens e de seus filhos, e o nosso desejo de contá-la no cinema. É, portanto, um prêmio de uma grande importância simbólica”, diz Walter Salles, ao celebrar a vitória.

Walter Salles, que conheceu os Paiva na juventude e frequentou a casa da família no Rio de Janeiro, passou 7 anos se dedicando ao filme.

A premiação é a primeira de um filme brasileiro desde 1981 na seleção oficial do festival italiano, um dos mais importantes do mundo. Em 1981, “Eles não usam black-tie”, de Leon Hirszman, baseado na peça homônima de Gianfrancesco Guarnieri, recebeu o Grande Prêmio do Júri.

O principal prêmio da 81ª edição do Festival de Veneza, o Leão de Ouro, foi para o diretor espanhol Pedro Almodóvar por “The Room Next Door”, o seu primeiro filme em inglês.

Plano de Inteligência Artificial prevê R\$ 23 bi em investimentos e fortalece proteção de dados, afirma a ministra

Na última quarta-feira (4), a ministra de Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, apresentou o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), do governo federal. A apresentação foi feita durante audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado Federal. O documento, oficialmente lançado em 30 de julho, propõe R\$ 23 bilhões em investimentos entre 2024 e 2028, custeados principalmente via crédito (55%), mas também pelas contas públicas, por investimentos privados ou outros meios.

Durante o evento, Luciana Santos destacou investimentos na chamada “nuvem soberana”. A tecnologia de armazenamento de dados nacional será uma forma de proteger brasileiros e entidades públicas estratégicas, além de permitir maior integração entre os órgãos estatais. Segundo ela, o governo já planeja unir informações do Bolsa Família com o Ministério do Trabalho para auxiliar beneficiários a conseguirem novos empregos.

“Você precisa ter a porta de saída do Bolsa Família, e via comunicação com os dados do MTE, fazer essa integração, possibilitando que aquelas pessoas ocupem uma vaga no mercado de trabalho. Queremos entregar no ano que vem [...] Não queremos importar soluções, tem coisas que são nossas: desafio climático; desafio de combater a evasão escolar... Como você vai controlar a evasão? Vamos olhar os dados dos alunos que faltam frequentemente [...], vamos atrás desse jovem”, exemplificou a ministra.

O quadriênio pode receber até R\$ 1 bilhão para o desenvolvimento da nuvem soberana. Para Luciana Santos, é do interesse nacional proteger dados da Embrapa, do SUS e da biodiversidade brasileira, entre outros, de estrangeiros.

A ministra apoiou a regulamentação da inteligência artificial (IA) que é analisada no Senado sob o projeto de lei (PL) 2.338/2023 do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A proposta prevê classificação de risco e sistemas de governança para coibir ilegalidades praticadas com a tecnologia.

“Existem inúmeros casos [...] na política de fake news e usos indevidos da ferramenta, são nefastos aos direitos fundamentais e também à democracia. [A IA] é uma oportunidade, mas também é uma ameaça. Você tem que regulamentar para proteger. Aquelas leis que regem as pessoas na vida real precisam estar na vida digital [...] Nosso ministério tem ajudado, subsidiando tecnicamente nessa perspectiva, para que isso não impeça a criatividade e ino-

vação”, disse.

A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS), que presidiu a reunião, também disse ser favorável à medida. Ela e a senadora Teresa Leitão (PT-PE) citaram casos em que foram vítimas de notícias falsas.

“Eu fui vítima na última campanha [eleitoral]. Com IA, fizeram uma chamada com a minha voz de algo que eu não tinha dito. Isso não estava regulamentado na campanha passada. A gente tem que ter cuidados redobrados. Isso interfere na vontade soberana dos votos, na leitura crítica que as pessoas possam fazer dos candidatos...”, disse Teresa.

Dos R\$ 23 bilhões esperados pelo PBIA até 2028, serão investidos os seguintes eixos de atuação do governo federal: R\$ 13,79 bi serão para IA na inovação empresarial; R\$ 5,79 bi serão para infraestrutura e desenvolvimento de IA, inclusive para implementação em até 5 anos de um supercomputador para o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), um dos “top 5 do mundo”, segundo a ministra; R\$ 1,76 bilhão para melhorias dos serviços públicos, fora outros investimentos em “ações de impacto imediato”; R\$ 1,15 bi para difusão e capacitação em IA, a fim de adaptar as relações de trabalho; R\$ 435,04 milhões para “ações de impacto imediato”, sendo que metade será para a área da saúde; e R\$ 103,25 milhões para apoiar o processo regulatório de IA.

A ministra ainda apresentou resultados e perspectivas para o programa Conecta e Capacita, criado pela pasta para capacitar e preparar profissionais para o mercado de trabalho de tecnologia e inovação. Ela espera, com recursos de R\$ 260,5 milhões, expandir internet de fibra ótica nos seguintes estados: Região Norte: Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, e Tocantins; Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte; Região Centro-Oeste: Goiás e Mato Grosso; Região Sudeste: Rio de Janeiro; e Região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina.

Luciana Santos não informou a origem dos recursos do programa, que está no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) de 2023 a 2026. Segundo ela, instituições de saúde e educação serão as beneficiárias.

“São 41 mil quilômetros de fibra ótica que vamos garantir, significa uma volta ao mundo. É fibra ótica, a melhor maneira de chegar à internet, pela estabilidade. Vai para hospitais, para escolas, para universidades”, disse a ministra.

João Campos defende revitalizar a região central de Recife e propõe incentivos para a moradia popular

O prefeito de Recife, em Pernambuco, e candidato à reeleição, João Campos (PSB), reafirmou seu compromisso com a revitalização do centro da capital pernambucana. “Nosso interesse é aumentar a população numa área que tem infraestrutura”, afirmou João Campos.

Em sabatina na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), João reafirmou o compromisso de revitalizar o centro por meio de um adicional construtivo, que será usado em outra área da cidade.

Durante a sabatina, João Campos foi perguntado sobre suas propostas para a preservação do meio ambiente, infraestrutura da cidade e como combater a desigualdade. Em resposta, o candidato destacou seus feitos como gestor da capital pernambucana, porém, não apresentou seu planejamento para os próximos quatro anos, caso seja reeleito.

O prefeito explicou como funcionará o adicional construtivo: “A maioria dos imóveis do centro são privados. Você precisa estimular o privado a se reconectar. Então, a gente vai dar um incentivo à moradia. Quem fizer moradia no centro vai ter um adicional construtivo, sendo um crédito, para ser investido em outra área da cidade.”

João ainda contou que,



João Campos é candidato à reeleição em Recife

em conversa com o Ministro das Cidades, Jader Filho, a prefeitura “investe para fazer rede de drenagem, de esgoto, pavimentação, levar uma linha de ônibus, fazer uma contenção de encosta, fazer uma praça, fazer tudo isso. No centro das cidades, tem toda essa infraestrutura pública garantida. Agora, a gente precisa fazer esse mecanismo de benefício.”

O candidato também foi questionado sobre como sua gestão, caso reeleito, lidaria com a verticalização da cidade. “Recife tem uma composição geográfica de 65% em área de morro, 35% em área plana e apresenta um território de 221 quilômetros quadrados. É pequeno quando se observa o tamanho da população”, disse ele, expli-

cando a solução proposta por sua gestão.

“O nosso modelo é através de uma Parceria Público-Privada (PPP) de locação social, que está sendo estruturada pela prefeitura com a Caixa Econômica para um retrofit de sete imóveis no centro da cidade, totalizando mais de 1.100 unidades habitacionais”, continuou.

O candidato também justificou a necessidade de propor a verticalização por meio de uma PPP. “O grande desafio é, em uma maior verticalização, fazer a manutenção daquela construção, principalmente no quesito elevador. Para garantir a longevidade disso, é preciso uma capacidade de gestão inserida. Então, essa PPP vai direto ao encontro dessa necessidade.”

Ratinho Jr. tenta impedir consulta à comunidade sobre privatização das escolas do Paraná

O Sindicato dos Professores do Paraná (APP Sindicato) denunciou na última quinta-feira (5) que o governador do Paraná Ratinho Jr. (PSD) mudou as regras da consulta à comunidade escolar sobre privatização das escolas. Durante a semana o governo do Paraná publicou o Decreto 7.235/24, regulamentando a Lei 22.006/2024 que instituiu o Programa Parceiro da Escola e autoriza a transferência de recursos públicos e a gestão de 204 escolas públicas para a iniciativa.

Segundo consta no documento, nas escolas em que o comparecimento de pessoas aptas a votar for inferior ao determinado pela Secretaria da Educação (Seed), quem decidirá se a unidade será privatizada ou não será a própria Seed e não a comunidade escolar.

O decreto ainda determina que quando o quórum não for atingido, as cédulas de votação deverão ser eliminadas, sem a contagem dos votos e a divulgação da vontade manifestada pelas pessoas que compareceram para participar do processo.

Com isso, para a presidente da APP Sindicato, este dispositivo inserido no decreto enfraquece a consulta. “A Seed sabe que é muito difícil da comunidade escolar, na sua grande maioria, ir votar. Então, eles não farão esforço para garantir o processo democrático, pois quanto menos pessoas forem votar, melhor para os planos deles. Isso é um escárnio. Isso é um mal caratice, é uma fraude”, disse.

“O governo mostrou a sua face mais autoritária possível. Sabe aquele verniz de democracia? Ficaram até agora tentando fingir que existia. Mas o decreto desvelou. Não existe nada de democrático. É autoritário sim. Governador e secretário querem sim vender as nossas escolas e para isso vale qualquer coisa”, acrescentou Walkiria.

Para a dirigente da APP, o decreto confirma as denúncias feitas pela APP, sobre a negação de um processo democrático para discutir com a sociedade os impactos e os interesses por trás da proposta do governador, que foi aprovada pela sua base de apoio na Assembleia Legislativa em regime de urgência e sancionada em tempo recorde.

FUP pede reestatização de unidades da Petrobrás, em plenária nacional



Plenária nacional da Federação Única dos Petroleiros, realizada no Paraná



“Contrato intermitente” é mecanismo para permitir salários abaixo da lei, afirmam entidades no STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) volta a julgar, nesta sexta-feira (6), a validade do contrato de trabalho intermitente, criado na reforma trabalhista de 2017.

Em plenário virtual, a Corte analisa três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) que questionam a modalidade de trabalho que formaliza serviços temporários, em que o trabalhador fica à mercê do empregador, sem nenhuma garantia. Os autores das ações são a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), a Federação Nacional dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo (Fenepospetro) e a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas (Fenattel).

O julgamento, que até o momento está empatado, começou em 2020. Os ministros Edson Fachin – relator do caso –, e Rosa Weber, que agora está aposentada, votaram a favor dos trabalhadores, pela inconstitucionalidade da norma. Os ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes votaram a favor do contrato intermitente.

“Ao se analisar o teor

dos artigos que tratam do contrato de trabalho intermitente, se verifica que infelizmente as relações de trabalho estão avançando no sentido da desconstitucionalização dos direitos fundamentais. Nesse contexto, instituíram-se na legislação trabalhista regimes flexíveis de trabalho, que colocam em xeque princípios constitucionalmente reconhecidos como o da dignidade humana e valor social do trabalho, previstos no seu artigo 1º, III e IV”, afirma a CNTI em um trecho da sua ação.

A entidade afirma ainda que “no caso do trabalho intermitente, não há nenhuma estipulação de garantia de recebimento do valor-hora do trabalhador intermitente de forma isonômica ao trabalhador regularmente contratado pela empresa”, e que, desta forma, “observa-se que a contratação do trabalho intermitente pode ser utilizada como uma forma de obter uma mão de obra por um custo muito menor, inserindo o trabalhador em uma relação de trabalho precária, recebendo uma remuneração inferior para realizar o mesmo trabalho que os demais empregados da empresa”.

De acordo com a Fenepospetro, autora de uma

das ações, o contrato intermitente, ao contrário de ampliar as contratações, “na realidade propicia a precarização da relação de emprego, servindo inclusive de escusa para o pagamento de salários inferiores ao mínimo constitucionalmente assegurado”.

A defesa pela inconstitucionalidade da modalidade pela CNTI e as outras entidades foram acolhidas pelo relator Edson Fachin, que em seu voto afirmou que a jornada intermitente promove a “instrumentalização da força de trabalho humana” e ameaça a saúde física e mental do trabalhador.

A modalidade de trabalho intermitente é uma das mudanças instituídas pela reforma trabalhista mais criticadas pelos trabalhadores, sindicalistas e especialistas na área do trabalho.

“É extremamente cruel para o trabalhador e é desnecessário para empresas de gestão séria de recursos humanos. Ninguém contrata empregado sem fazer análise de necessidade”, afirma Antônio Rodrigues Freitas Júnior, professor de direito do trabalho da Universidade de São Paulo (USP).

“A reestatização desses ativos é de suma importância para a classe trabalhadora, para a Petrobrás, o Brasil e o Povo brasileiro”

Em plenária, na última sexta-feira (30), os petroleiros aprovaram por unanimidade uma moção pela reestatização das unidades da Petrobrás que foram privatizadas nos últimos anos. A categoria ressalta que a medida deve também garantir emprego e direito à “volta” para casa, com prioridade aos trabalhadores transferidos durante o processo de retomada do controle das unidades pela estatal.

No documento, os petroleiros destacam a importância da Petrobrás e do setor petrolífero para garantir a soberania nacional, bem como a necessidade de seu fortalecimento “com presença cada vez maior do Estado Brasileiro nessa empresa que tanto nos orgulha”. “A reestatização desses ativos é de suma importância para a classe trabalhadora, para a Petrobrás, o Brasil e o Povo brasileiro”, diz a moção.

“Nesse sentido, é central a luta pela retomada de tudo o que foi entregue pelos governos entreguistas de Temer e Bolsonaro. As privatizações foram realizadas gerando grandes danos para a categoria petroleira, a exemplo de uma massa de ‘transferidos’ com diversos problemas sociais e psicológicos que desejam voltar aos seus

estados de origem”, diz a moção. A FUP afirma, ainda, que a reestatização das unidades privatizadas não pode gerar demissões dos atuais trabalhadores, nem imediatas, tampouco em etapas, com contratações temporárias.

O documento foi aprovado durante a 11ª Plenária Nacional da FUP, que contou com a participação de cerca de 200 petroleiros e petroleiras de todo o Brasil, no Paraná. O evento foi marcado também pela reabertura da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen-PR), em Aracária. O ato, em frente à Fafen e à Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), foi organizado pelo Sindipetro PR/SC e Sindiquímica PR, relembrando a intensa luta dos trabalhadores na emblemática greve de fevereiro de 2020 contra a privatização da refinaria.

Para Deyvid Bacelar, coordenador da FUP, “a readmissão dos trabalhadores da Fafen e a geração de aproximadamente 29 mil empregos com os investimentos na ampliação da Repar e manutenção da Fafen acontece porque nós, enquanto classe trabalhadora, decidimos de forma correta eleger pela terceira vez Lula como Presidente da República. É por isso que nós estamos aqui hoje”, afirmou.

Servidores do INSS em greve denunciam descaso do governo em negociações

Em greve desde o dia 16 de junho, os servidores do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), através da Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps), do Comando Nacional de Greve (CNG) e representantes de sindicatos estaduais, entregaram um documento aos parlamentares em busca de apoio às reivindicações da categoria e intermediação junto ao governo federal para a abertura da Mesa Nacional de Negociação da greve.

A categoria rejeitou a proposta de reajuste zero em 2024, com aumento apenas nos benefícios, e denuncia que os servidores do Ministério da Saúde, que também são base da FENASPS, recebem um dos menores salários de todo o Serviço Público Federal. A entidade também denunciou o termo que foi assinado entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), para o fim da greve, alegando que a CNTSS não representa a categoria. O termo assinado com a CNTSS prevê reajustes em duas etapas (em janeiro de 2025 e abril de 2026).

Nesta terça-feira (3), as entidades sindicais participaram de audiência pública na Câmara dos Deputados, promovida pela Comissão de Legislação Participativa (CLP), e denunciaram o descaso do governo durante as negociações. “O governo rompeu o processo de negociação ao assinar um acordo rebaixado com outra entidade, e até o momento, não foram formalizadas pelo INSS e Ministério da Previdência Social (MPS) as propostas apontadas pela federação”, afirma a Fenasps.

Na audiência, os servidores lembraram ain-

da que “os aposentados foram colocados à mercê da negociação com o Governo Federal em 2024, considerando que o MGI ofereceu reajuste neste ano apenas nos benefícios (auxílios alimentação, creche e saúde)”.

Diante do impasse na negociação, esta semana, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) agendou para o próximo dia 20, uma audiência de conciliação entre as entidades e o governo federal na tentativa de que haja um acordo.

OCUPAÇÃO

Na quinta-feira (5), após ocupação por 24 horas da sede do INSS em Brasília, os servidores conquistaram a revogação da portaria assinada pela direção do órgão, que determinava faltas injustificadas aos servidores que aderissem à paralisação.

Para a Fenasps (Federação Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social), a revogação da medida “autocrática da presidência” do INSS, foi uma “vitória da luta”.

“É importante ressaltar que o INSS já havia ingressado com ação no Superior Tribunal na Justiça (STJ), tornando a greve ilegal desde o dia 23 de julho, apenas uma semana após o início do movimento paredista, deflagrado em 16 de julho”, diz a entidade.

“Após a vitoriosa ocupação na Direção Central do INSS, que resultou na revogação do Ofício Circular nº 5, que criminalizava a greve, o Comando Nacional de Greve (CNG) da Fenasps orienta os trabalhadores(as) a fortalecer as caravanas de 9 a 13 de setembro de 2024; ampliar e fortalecer a greve em todo país, e continuar buscando parlamentares para avançar no processo de negociação das pautas de reivindicação da categoria”, diz a entidade.

Audidores da Receita protestam por reajuste e cobram convocação de aprovados em concurso público

Os auditores-fiscais da Receita Federal iniciaram, na quinta-feira (5), uma operação-padrão nas aduanas, em movimento por reajuste salarial e fortalecimento do órgão. A categoria também reivindica o chamamento de todos os auditores aprovados em concurso público.

Os servidores lutam pelo cumprimento do compromisso firmado com Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), em abril, para a instalação das mesas específicas e temporárias de negociações.

De acordo com o Sindifisco Nacional, “as iniciativas representam a intensificação do estado de mobilização iniciado em julho, dando visibilidade também à falta de cumprimento de acordo do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos com a instalação da Mesa Específica e Temporária da categoria para discussão de pautas”.

“As ações prosseguirão de acordo com as unidades e os processos de trabalho, mantendo-se equipes para análise e desembaraço das cargas prioritárias definidas em lei, como remédios e cargas vivas”, afirma a entidade.

A “operação-padrão” é o termo usado pelas entidades que representam os trabalhadores como uma forma de protesto para o aumento dos procedimentos burocráticos de fiscalização, que resultam em atrasos e redução da eficiência dos serviços prestados.

“Em Uruguaiana (RS) foi intensificada a verificação documental de cargas e de veículos que transitam no porto seco rodoviário, tanto de importação, quanto de exportação, gerando filas de caminhões”, disse o Sindifisco.

Sobre a valorização do órgão e a necessidade de novos quadros para atender à demanda do setor, o diretor de assuntos internacionais e intersindicais do sindicato, Dão Real, afirma: “Já faz algum tempo que venho defendendo que o governo chame os aprovados no concurso que estão aguardando nomeação. Somente assim podemos dar conta dessa carência enorme de pessoal que temos nas unidades aduaneiras”.



José Reginaldo é eleito presidente da CNTI e convoca frente contra os ataques aos direitos trabalhistas

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) elegeu, na quarta-feira (4), seu novo presidente para o quadriênio 15/10/2024 a 14/10/2028. José Reginaldo Inácio foi eleito por unanimidade por 34 entidades que compõem a Confederação.

José Reginaldo é cientista social e elétrico, e tem longa história no movimento sindical, tendo, inclusive, ocupado a presidência da Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST, substituindo em 2021, o presidente José Calixto Ramos, que faleceu em pleno exercício do mandato.

Após a eleição, José Reginaldo agradeceu o apoio de todos e em especial, a Aprígio Guimarães, a quem sucederá, destacou a enorme responsabilidade em liderar a entidade e conclamou

todos os trabalhadores e companheiros de diretoria para que, juntos, façam frente aos grandes desafios do atual momento sindical e, juntos, enfrentem os que querem solapar a atuação dos trabalhadores por melhores condições de vida.

Ele ressaltou ainda ser “imperioso, para enfrentar esses desafios, o apoio das Secretarias Regionais e dos Departamentos agregados à CNTI”.

Nesta mesma semana, a CNTI também realizou, na segunda-feira (2), reunião da sus diretoria nacional e, na terça, reunião do Conselho de Representantes, para prestação de Contas do Exercício de 2023, a Suplementação do Orçamento de 2024, a Proposta Orçamentária para o Exercício de 2025 e Dissídio Coletivo.

HP

CHARGE DO ÉTON



Razia israelense em Jenin leva genocídio de Gaza à Cisjordânia



Destrução de Jenin sob ataque israelense com blindados e escavadeiras

Atores e Diretores no Festival de Veneza condenam extermínio do povo palestino

“Este é o 336º dia do genocídio de Israel em Gaza e estamos no 76º ano da ocupação”, declarou a cineasta Sarah Friedland, premiada pela direção do filme ‘Toque Familiar’.

Vencedores do Festival de Veneza, usaram seus discursos de aceitação do prêmio para expressar apoio ao povo palestino. Atores e diretores usaram o Festival para denunciar os horrores do genocídio de Israel contra o povo palestino. “Como artista judia americana que trabalha num meio baseado no tempo, devo observar que estou aceitando este prêmio no 336º dia do genocídio de Israel em Gaza e no 76º ano de ocupação”, discursou a diretora Sarah Friedland.

“Acredito que é nossa responsabilidade como cineastas utilizar as plataformas institucionais através das quais trabalhamos para reparar a impunidade de Israel no cenário global. Sou solidária com o povo da Palestina e a sua luta pela libertação”, ela completou, ao aceitar ao aceitar o prêmio Luigi de Laurentiis pelo filme ‘Familiar Touch’ (Toque Familiar).

Sarah Friedland ganhou os prêmios de Melhor Filme e Melhor Diretora na competição Horizons e seu discurso denunciando os crimes de Israel recebeu muitos aplausos da plateia. Uma das atrizes de seu filme, Kathleen Chalfant, ao receber o prêmio de Melhor Atriz expressou sua esperança por paz na região.

“Estou aqui profundamente honrado, mas profundamente afetado pelos tempos difíceis que vivemos nos últi-



Sarah Friedland foi premiada por “Melhor Filme”

mos 11 meses. A nossa humanidade partilhada e a nossa bússola moral foram testadas enquanto testemunhamos o genocídio em curso em Gaza”, discursou o diretor palestino Scandar Copti ao receber o prêmio de Melhor Roteiro também na competição Horizons, pelo filme ‘Happy Holidays’.

“Esta dolorosa realidade nos lembra das consequências devastadoras da opressão, que é um tema do nosso filme. Ele analisa como as narrativas morais podem nos unir como comunidades, mas também nos cegar para o sofrimento dos outros.”

Diante das atrocidades cometidas por Israel durante esses 11 meses de agressão contra palestinos e sendo constantemente transmitidas pelas redes sociais, está havendo um crescente movimento de condenação internacional ao Estado genocida de Israel.

No dia da abertura do Festival, o ator italiano Lino Musella, usou uma camiseta com a escrita “liberdade à Palestina”. A atriz, Laura Morante, segurou um leque com escrito à mão, “Parem o genocídio de Gaza. Mais de 40.000 mortos e

mais de 16.000 crianças.”

O diretor americano Neo Sora, em um evento para seu filme ‘Happyend’, vestiu um koufiyyeh palestino e um broche com a bandeira da Palestina. Uma produtora do filme, Lia Ouyang Rusli, também estava usando uma bolsa com a bandeira da Palestina.

A atriz italiana, Anna Foglietta, em um evento para o filme ‘The Room Next Door’ (O Quarto ao Lado) também estava com uma bandeira palestina em forma de coração.

Vários outros convidados, também compareceram a eventos do Festival de Veneza, usando camisetas, broches e cartazes em solidariedade com o povo palestino.

O genocídio de Israel, que está brutalmente bombardeando Gaza há 11 meses já matou entre 40.900 a 186.000 palestinos, na maioria mulheres e crianças, milhares ainda estão soterrados em escombros e mais de 94.000 feridos. 2,3 milhões de pessoas estão deslocadas em Gaza, por causa das agressões do exército israelense, sem moradia e com dificuldade de encontrar alimento.



Eygi, assassinada por força de Netanyahu. Ativista norte-americana é morta por tropa de Israel em protesto de palestinos

Aysenur Ezgi Eygi, uma jovem norte-americana de 26 anos morreu assassinada, com bala na cabeça pelas forças de ocupação e extermínio de Israel.

Eygi, que tem origem turca, foi morta na aldeia de Beita, localizada ao sul de Nablus, na Cisjordânia palestina, enquanto participava de uma manifestação que ocorre semanalmente contra a expansão dos assentamentos de fanáticos judeus em terras palestinas assaltadas.

Pontes médicas confirmaram que Aysenur Ezgi Eygi, foi baleada na cabeça por munição real. Levada às pressas para o Hospital Rafidia em Nablus e colocada na unidade de tratamento intensivo, apesar dos esforços das equipes médicas para salvá-la, não resistiu.

Pontes locais indicaram que o crime aconteceu quando forças israelenses reprimiram violentamente o protesto usando disparos de munição real, granadas de efeito sonoro e de gás lacrimogêneo contra os manifestantes. O mesmo incidente também resultou em um palestino de 18 anos ferido por estilhaços na coxa.

Eygi participava na campanha Faz’a, que trabalha para apoiar e proteger agricultores palestinos de violações militares e ataques de colonos usurpadores israelenses, que muitas vezes roubam gado caprino ou incendiam olivais.

Em nota o exército israelense alegou que os soldados estavam “respondendo com fogo ao principal instigador da atividade violenta, que atirava pedras contra as forças e as colocavam em risco”.

Os protestos acontecem todas as semanas desde 2021, quando os assaltantes de terras judeus criaram o posto de Evyatar com a intenção de criar mais uma aldeia judaica nos territórios palestinos.

Apesar dos protestos, o governo de Israel declarou o assentamento como legal em junho deste ano. Anexando a terra roubada a Israel.

JORNALISTA ISRAELENSE PRESENCIOU

O jornalista do jornal Haaretz, Jonathan Pollack, que estava presente às cenas, disse que Eygi recebeu um disparo feito a 150 metros de distância e quando a situação estava calma e os confrontos haviam cessado cerca de 20 minutos antes.

“Estávamos de pé na rua, e o ambiente estava calmo; nada acontecia de extraordinário. Alguns soldados subiram no telhado de uma casa e eu vi um soldado mirando com sua arma e então ouvi disparos”, conta o jornalista.

“Eu corri 15 metros e a vi deitada no chão sob oliveiras, sangrando muito. Ela tinha um ferimento de bala na cabeça”, acrescentou.

De acordo com Pollack, o uso de munição real contra manifestações na Cisjordânia está se tornando corriqueiro. “Tem protesto, há repressão com balas”.

“O soldado que atirou na ativista o fez porque sabe que não vai lhe acontecer nada”, disse Pollack.

O governador de Nablus chegou ao hospital e de perto da ativista morta declarou: “Digo a Biden que as armas que você fornece estão matando seu próprio povo. Ao mundo nós dizemos que façam parar esta guerra criminosa contra o povo palestino”.

O ministro do Exterior da Turquia disse que soube com grande dor que nossa cidadã Aysenur Ezgi Eygi foi morta por forças da ocupação israelense”.

O Ministério do Exterior da Turquia lançou nota condenando “este assassinato cometido pelo governo de Netanyahu. Israel está tentando intimidar todos aqueles que chegam para ajudar o povo palestino que luta contra o genocídio. Esta política da violência não vai funcionar”.

Polícia de Milei espanca idosos no afã do “superávit” com corte na aposentadoria

Protesto de aposentados e pensionistas em frente ao Congresso Nacional da Argentina foi novamente marcado pela repressão neofascista, que deixou 27 feridos e dois hospitalizados.

Polícia comandada por Bullrich usa, mais uma vez, cacete e lança gás de pimenta nos olhos de aposentados e pensionistas para reprimir protesto e garantir o “superávit fiscal” do governo de Milei em favor de banqueiros e especuladores. Ataques coordenados das polícias federal e municipal de Buenos Aires deixaram um saldo de 27 feridos e dois hospitalizados.

Mesmo diante da criminosa repressão da semana passada, os idosos não se intimidaram e voltaram às ruas como em todas as quartas-feiras, em frente ao anexo da Câmara dos Deputados, só que desta vez mais numerosos.

As entidades Mesa Coordenadora Nacional de Aposentados e Pensionistas da República Argentina, a Reunião de Aposentados das Assembleias de Bairro e o Plenário de Trabalhadores Jubilados receberam apoio de diversos movimentos políticos, sindicais e sociais na sua reivindicação, e fizeram ouvir bem alto

sua voz. Afinal, como dizia uma faixa: “Somos todos aposentados, é só questão de tempo”.

“Não havia motivo para reprimir e a decisão de agredir fez parte do ataque aos movimentos populares”, avalia Marcos Wolman, da Mesa Coordenadora Nacional dos Aposentados. “Havia muitos milhares de pessoas a mais do que normalmente há, mas a polícia nem sequer permitiu que nos movêssemos. Estávamos dialogando com representantes de todas as organizações, como fazemos todas as quartas-feiras. Foi uma provocação da polícia”.

“Machucaram uma companheira nossa com gás pimenta nos olhos”, repudiou uma senhora, e outra idosa perguntava a uma uniformizada: “Você vai dar os remédios para quem tem câncer?”.

E o protesto se faz necessário por ser uma questão de sobrevivência, já que “com o ajuste, os aposentados perderam como na guerra”, esclareceu o deputado Itai Hagman, da União pela Pátria (UxP), defendendo um reajuste conforme a inflação. Pois ao contrário do que propaganda o governo, salientou, “os proventos vêm sendo achatados”.

Leia a íntegra em: www.horadopovo.com.br

China investirá US\$ 50 bi em chips em 2024: mais que EUA, Taiwan e Coreia do Sul juntos

A China está investindo US\$ 50 bilhões em equipamentos para sua indústria de semicondutores neste ano. Isto significa que a quantidade de dinheiro que será investido pela China em 2024 supera o gasto combinado dos Estados Unidos, Taiwan e Coreia do Sul em equipamentos de produção de semicondutores.

Mesmo com as sanções dos Estados Unidos contra o setor de tecnologia de microchips chineses, o setor de produção de semicondutores da China é o que mais cresce no mundo.

O aumento do investimento da China na compra de equipamento para a fabricação de semicondutores supera o de outros países fabricantes como os Estados Unidos, Taiwan e a Coreia do Sul. Só na primeira metade do ano de 2024, a China gastou US\$ 25 bilhões, de acordo com dados do site de notícias japonês Nikkei Asia.

Em 2023, a China gastou US\$ 37 bilhões na compra de equipamentos para a fabricação de chips, mais de 34% das compras de equipamentos no mundo todo, de acordo com a SEMI, uma associação global de indústrias fabricantes de eletrônicos.

Até 2025, é esperado que



China é o país que mais investe em equipamentos

a produção de chips chineses atinja uma autossuficiência de 70%. Segundo o Nikkei, a China está atrás em apenas 3 anos de desenvolvimento tecnológico das maiores fabricantes de semicondutores.

Já para a Fundação de Tecnologia da Informação e Inovação (Information Technology and Innovation Foundation), um think tank americano nas áreas de desenvolvimento tecnológico e indústria, esse atraso seria de 5 anos.

Os gastos com as compras por mais equipamentos conferem com os planos chineses de expandir a sua indústria. Em 2024 é esperado que sejam abertas na China mais 18 fábricas de semicondutores

Vandalismo do regime de Netanyahu com recentes razias na Cisjordânia amplia devastação em uma região que passa de ocupada a anexada com a violação de todas as resoluções da ONU

Após 10 dias de ataque a Jenin e Tulkarem, na Cisjordânia, pelas forças genocidas de Netanyahu com numerosas tropas, tanques e escavadeiras blindadas que fizeram dezenas de mortos, destruíram infraestrutura e demoliram casas, os militares israelenses continuam executando ataques diários contra a população palestina.

EXTERMINIO

Forças da ocupação e extermínio de Netanyahu abriram fogo contra um carro na aldeia de Kharisa, ao sul da cidade cisjordana de Hebron. Como resultado de mais um crime contra a população palestina, dois jovens ficaram feridos. Testemunhas disseram à agência Wafa que depois de atacarem o carro, as tropas invasoras impediram a chegada de ambulâncias e ainda por cima sequestraram os dois jovens feridos.

Segundo a Wafa, a extensão dos ferimentos causados pelo tiroteio não foi revelada.

Em paralelo às razias militares, colonos judeus assaltantes de terras palestinas, seguem realizando pogroms diários, incluindo agressões a casas e o atear fogo a carros dos moradores, como aconteceu neste domingo, 8, no ataque a cidadãos na cidade de El Bireh.

Os colonos se reuniram em uma rua de sua vila denominada Beit El (Casa de Deus), construída sobre terras roubadas aos palestinos, e atacaram pedestres e veículos com pedras.

VANDALISMO

Tais práticas vandálicas, assim como as recentes razias ampliam a devastação na região que passam de ocupada a anexada, de forma cada dia mais acelerada, contra todas as resoluções da ONU.

E neste contexto que as cidades de Jenin, Tulkarem e Tubas, todas no norte da Cisjordânia, têm sofrido ataques em grande escala executados por tropas de Israel desde 28 de agosto, quando invadiram a região.

Os atos assassinos são acompanhados de detenções arbitrárias. Forças especiais secretas e franco-atiradores sitiaram casas na rua Nablus, no bairro de Al-Marab e na cidade de Al-Yamoun, nos arredores de Jenin. Durante as últimas horas de sexta-feira (6) e as primeiras horas deste sábado, pelo menos 16 palestinos foram sequestrados nas províncias de Ramallah, Hebron, Nablus, Jericó e Jerusalém. Os atos de vandalismo de residências e intimidação de familiares foram relatados por moradores entrevistados por informativos a exemplo da agência palestina Wafa.

Durante os nove dias anteriores à retirada de Jenin, os ocupantes invadiram as proximidades do Hospital Governamental da cidade e colocaram escavadeiras militares em frente às suas portas para barrar a chegada de ambulâncias com feridos.

Além disso, cercaram o edifício do governo municipal, dispararam munições reais e bombas sonoras contra o prédio enquanto os funcionários estavam no SU interior e depois prenderam dezenas deles.

Desde 28 de Agosto, quando começou a agressão contra estas cidades

ao norte da Cisjordânia, as tropas israelenses genocidas assassinaram 39 palestinos, dos quais além dos 21 em Jenin, oito em Tulkarem, sete em Tubas e três em Hebron. Com estes, o número de palestinos mortos pela ocupação nessa região desde 7 de outubro último até à data chega a 699. As prisões em massa já chegam a milhares somente neste período.

Jenin ficou conhecida por haver se tornado epicentro dos levantamentos palestinos contra a ocupação em particular na Segunda Intifada, quando foi a cidade que mais sofreu com a repressão israelense sob o governo do carniceiro de Sabra e Shatila, general Ariel Sharon.

A cidade voltou a estar no centro dos noticiários quando a principal âncora da rede Al Jazeera para Israel e Palestina, a cidadã palestina e norte-americana Shireen Abu Akleh, foi baleada na cabeça, assassinada quando cobria uma razia israelense em 11 de maio de 2022.

As agressões aos moradores da cidade e as rebeliões contra a ocupação que ultrapassa os 76 anos motivaram o premiado documentário Jenin Jenin, com depoimentos de moradores da cidade, dirigido pelo cineasta Muhammad Bakri.

O pungente filme que denuncia a agressão das forças de ocupação tem sido visto em todas as partes do mundo, menos em Israel.

Tanto assim, que a sede do Partido Comunista de Israel (Hadash) na cidade de Haifa foi fechada pela polícia, em 27 de agosto, quando os dirigentes locais do partido anunciaram a exibição do documentário, seguido de um debate.

CENSURA

A censura escancarada é mais uma demonstração de que o regime de Netanyahu e sua polícia, comandada pelo fanático Gvir, mergulha no fascismo hostil ao debate democrático no afã de ocultar seus crimes.

“Esta agressão indica a profundidade da prática fascista que busca dificultar o trabalho político e partidário daqueles que, neste país, se opõem à guerra e à política deste governo”, disse a declaração conjunta do Partido Comunista e da Frente Democrática pela Paz e Igualdade”.

As duas organizações acrescentaram que “seguiremos desafiando Netanyahu e Ben-Gvir e declaramos que a atividade anti-guerra continuará até que esta agressão criminosa em Gaza pare”.

A coalizão “Parceria Árabe Judaica pela Paz” se uniu ao protesto do PC ao declarar: “Derrotaremos o fascismo. Não permaneceremos silentes diante dessas tentativas calar os democratas e não nos renderemos à polícia e ao governo que quer suprimir a oposição à ocupação e à guerra”.

O repúdio à agressão também aconteceu na Cisjordânia. O Partido do Povo Palestino declarou: “Condenamos estas perseguições e todas as práticas da ocupação e expressamos nossa solidariedade com a camarada Hazan e seu vitorioso partido. Afirmamos nossa confiança em sua firmeza e posições através das quais nos unimos na luta contra a ocupação e o fascismo”.

300 mil lotam as ruas na França em repúdio a Macron e sua fraude



Dmitry Belik, deputado da Federação Russa

Rússia condena ataques de Washington à RT e Sputnik

Para Dmitry Belik, membro do Comitê de Assuntos Internacionais do parlamento russo (Duma), essas sanções “são ridículas e justificadas com pretextos rebuscados; este é mais um ataque ilegítimo à liberdade de expressão, que priva os cidadãos de outros Estados da oportunidade de conhecer um ponto de vista alternativo e, de fato, priva-os do acesso à informação”.

Em uma operação casada, como se diz no jargão do mercado, o Departamento de Justiça dos EUA e o Departamento do Tesouro desencadearam, nesta semana, um ataque a colaboradores e dirigentes dos portais de notícias russos RT, Sputnik, Ria Novosti e do grupo de mídia Rossiya Segodnya, misturando a mais descarada censura aos pontos de vista que refutam o imperialismo e seus crimes à ridícula alegação de que a Rússia “interfere nas eleições norte-americanas”. Entre os atingidos, está a editora-chefe da RT, Margarita Simonyan.

Para a porta-voz do Ministério do Exterior da Rússia, Maria Zakharova, o ataque à mídia russa “é um sinal da profunda da crise do sistema democrático dos Estados Unidos e faz parte da sua contínua supressão da mídia”.

Segundo o Estado Profundo norte-americano e seus operativos, só é liberdade de expressão quando os meios de comunicação estão papagaiando a mídia de Washington e suas lrotas sobre genocídio em Gaza ser “direito de defesa” de Israel. Ou que “não há” nazistas no regime de Kiev. Ou, ainda, que o mundo deve ser regido pela ordem unipolar “sob regras”.

É que a clivagem nos tempos atuais é entre “democracias” e “autocracias”, não entre a Maioria Global – que busca a soberania e o desenvolvimento – e o minúsculo punhado de países imperialistas e neocolonialistas que teima em manter seu jogo.

Essa é a parte da censura. Nove for a Primeira Emenda, a liberdade de expressão e uma década tentando extraditar Assange para calar a verdade.

Para um país manjado por se gabar de seu “excepcionalismo”, com um século de invasões, golpes de estado, Operações Condor, Mi Lais e Abu Graib, ingerências mil em terras alheias, chantagens e sanções, além da predileção por espalhar o caos onde não pode dominar, é de um cinismo ímpar alegar interferência de quem quer que seja em “suas” eleições.

Lacração que desde 2016 é pespegada na Rússia, na esteira da derrota da preferida de Wall Street, Hillary Clinton, para um desclassificado como o biliardário fascista Trump, que conseguiu se autointitular “campeão dos pobres”, graças à iníqua operação de salvação dos Bancos sob Obama “Yes we can” pós-2008, mais três décadas de desindustrialização, precarização e brutal transferência de renda para os 0,01%, o que empurrou parcela expressiva da população a apostar em qualquer coisa.

Lacração que é ainda mais nojenta porque a interferência – essa sim, real – foi dos EUA nas eleições russas de 1996, “Tanques ao resgate [de Yeltsin]”, gabou-se na época a revista Time, para fraudar as eleições e impedir a vitória do comunista Gennady Ziuganov.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Chacina em escola nos EUA deixa 4 mortos e 9 feridos

Dois professores e dois alunos foram mortos nesta quarta-feira (4) em uma escola de ensino médio da Geórgia, Estados Unidos, por um atirador, que feriu também outros nove, no enésimo episódio em meio a tiroteios em escolas nos EUA, que afligem o país desde a tragédia em Columbine nos anos 1990, que gerou filme com nome da escola por Michael Moore, passando por Sandy Hook e outras tantas.

A escola, a Apalachee High School, em Winder, a uma hora da capital do Estado, Atlanta, foi evacuada, após o alerta de tiroteio por volta de 10h30 (hora local), em meio às cenas dramáticas de alunos se barricando dentro de salas de aula e mensagens em desespero às famílias.

As vítimas tiveram seus nomes revelados: os estudantes Mason Schermerhorn e Christian Angulo, e os professores Christina Irimie e Richard Aspinwall. Os nomes das vítimas não foram divulgados. Os feridos foram levados para “vários hospitais”, incluindo o Grady Memorial Hospital. A polícia chegou à escola em

minutos após o alerta.

Um estudante de 14 anos, posteriormente identificado como Colt Gray, foi preso e acusado de assassinato, depois de se render. Haverá uma vigília esta noite no Jug Tavern Park, na cidade.

Winder tem uma população de pouco menos de 19 mil habitantes em 2022, de acordo com o Bureau do Censo. Com 2 mil alunos matriculados, a Apalachee High School é uma das três escolas de ensino médio do Sistema Escolar do Condado de Barrow.

Outras fontes policiais disseram à CNN que poderia haver até 30 pessoas feridas, embora não esteja claro quantos destes são por ferimentos a bala. A polícia entrou no prédio principal da escola e conseguiu retirar centenas de alunos. Eles foram levados ao campo de futebol americano do colégio. Imagens aéreas transmitidas pelo canal de notícias local “WJCL” mostraram a movimentação intensa de pessoas, além de viaturas e ambulâncias. A situação foi declarada “controlada” depois das 12h.

Leia mais no site do HP



Resistência republicana contra autocracia de Macron, exigem manifestantes em Paris



Franceses defendem a destituição de Macron por atentar contra o resultado das urnas

Metalúrgicos alemães rejeitam demissões e fechamento de fábricas da Volkswagen

Os executivos da Volkswagen anunciaram aos representantes dos trabalhadores na última quarta-feira (4) que cogitam o fechamento de pelo menos duas fábricas na Alemanha pela primeira vez nos seus 87 anos de existência.

Assim, umas das saídas pensadas pela marca para que os trabalhadores paguem pela crise é o fechamento de plantas (algo nunca antes feito na Alemanha desde que a empresa foi fundada em 1937), o que coloca na berlinda as unidades de Dresden e Osnabruck, que atualmente produzem os modelos ID.3, T-Roc Cabriolet e os Porsches Cayman e Boxster. Além disso, fala em subverter os acordos pactuados com os 680.000 funcionários que têm em todo mundo.

Conforme os representantes da Volks, houve um sério encolhimento do mercado alemão – superior a 500 mil veículos por ano – após a pandemia, o que foi agravado pela estagnação que se seguiu à submissão de Berlim às sanções contra a Rússia e a sabotagem aos gasodutos Nord Stream que cortou o fornecimento de gás russo mais barato que alimentava as unidades industriais alemãs.

Isto se agravou em paralelo à queda nas vendas com o avanço da fabricação própria pelos chineses, que investiram em modelos elétricos com mais tecnologia e independência.

Diante destes fatores, o CEO da Volkswagen, Oliver Blume, reconheceu que “a indústria automobilística europeia se encontra em uma posição desafiadora e séria”, e que não pode descartar o fechamento de unidades e demissões.

Os 25 mil trabalhadores reunidos em assembleia na sede da empresa, em Wolfsburg, entoaram o slogan “nós somos a Volkswagen, vocês não” e despacharam o chefe de finanças da empresa, Arno Antlitz, com um “até mais ver” enquanto ele tentava justificar a política de cortes. Na sua provocação, Antlitz sustentou que “precisamos aumentar a produtividade e reduzir custos”. Nenhuma vírgula sobre mexer nos ganhos dos diretores ou dos acionistas.



Metalúrgicos da Volks repelem proposta de corte nos empregos, salários e direitos. (foto DPA)

Em nome do Conselho dos Trabalhadores da Volks, Daniela Cavallo, reagiu à ladainha de Antlitz de que diretores e trabalhadores deveriam fazer a sua parte e afirmou que a direção da empresa “danificou massivamente a confiança” dos milhares de homens e mulheres ali presentes. Cavallo comparou a ameaça de fechar fábricas a uma “declaração de falência” e acusou o CEO da Volkswagen, Oliver Blume, de priorizar um acordo de cerca de 5,5 bilhões de euros (R\$ 34 bilhões de reais) com a empresa americana de softwares Rivian, ao invés de proteger os empregos locais.

Em resposta à provocação de Blume, o Sindicato dos metalúrgicos IG Metall avalia realizar greves e comunicou que não retrocederá nas suas exigências de aumento salarial nas próximas rodadas de negociação. A estagnação econômica e a inflação, assinalam os sindicalistas, devem ser combatidos com investimento em ciência e tecnologia e ampliação do mercado interno.

Frente aos crescentes protestos, o governo do chanceler alemão Olaf Scholz disse que a Volkswagen está “ciente da importância” da companhia para o país. O ministro do Trabalho, Hubertus Heil, informou que o gabinete de Scholz chegou a um acordo para reduzir impostos e, assim, aumentar a demanda por carros elétricos.

Inicialmente, a empresa pressionou para tentar pôr fim a um acordo de décadas com trabalhadores que garante a segurança do emprego nas seis fábricas da empresa, e admitiu que o fim desse “pacto” seria parte da sua estratégia para reduzir gastos em até 10 bilhões de euros (R\$ 62,5 bilhões). Na prática, o que os executivos da Volks queriam era ampliar a margem de lucro para obscenos 6,5% até 2026, obtendo uma alta significativa em relação aos 2,3% obtidos no primeiro semestre de 2024, às custas da compressão de salários e direitos.

“A Volkswagen não está sofrendo por causa de suas fábricas alemãs e dos custos de pessoal na Alemanha. O problema da Volkswagen é que o conselho de administração não está fazendo o seu trabalho”, ressaltou o sindicato.

Só no primeiro semestre deste ano, a Volkswagen relata queda de 15,2% nas vendas de veículos elétricos na Europa e recuo de 15,4% nos EUA. Falta dinheiro para os investimentos necessários e flexibilidade para reagir às mudanças tecnológicas no mundo.

O fato é que os chineses, até então compradores de marcas estrangeiras, consolidaram sua preferência pelas marcas locais em detrimento de opções europeia. Em 2023, por exemplo, a Volkswagen perdeu a liderança de vendas na China para a BYD.

Leia mais no site do HP

Macron atropelou o resultado das eleições legislativas de 7 de julho - que deu vitória à coligação Nova Frente Popular (NFP) - ao nomear como premiê Michel Barnier, dos Republicanos. Além da capital Paris, as manifestações se espalharam país a fora, por Lyon, Nantes, Bordeaux, Metz, Montauban e muitas outras

Mais de 300 mil pessoas saíram neste sábado (7) às ruas de dezenas de cidades da França para protestar contra a atitude do presidente Emmanuel Macron que, passando por cima dos resultados das eleições legislativas de 7 de julho que viram a coligação Nova Frente Popular (NFP) sair vencedora, nomeou Michel Barnier, dos Republicanos (Les Républicains -LR), um partido de direita muito minoritário na nova Assembleia Nacional, como primeiro-ministro.

As manifestações convocadas por organizações juvenis como a União dos Estudantes e a União das Escolas Secundaristas junto com a NFP – composta pelos partidos França Insubmissa (LFI), Partido Comunista Francês (PCF), Partido Socialista (OS), partido verde Ecologista, Place Publique e outros pequenos partidos -, além de vários sindicatos, encheram as ruas de Paris, Estrasburgo, Lyon, Nantes e Bordéus entre outras cidades.

A Place de la Bastille foi o local de concentração em Paris, no ato que reuniu 160 mil pessoas, segundo os organizadores.

“Não importa o que aconteça, votaremos a favor da censura desse governo na Assembleia Nacional”, afirmou o líder do França Insubmissa, Jean-Luc Mélenchon, em discurso durante a manifestação na capital francesa, denunciando o “golpe antidemocrático” de Macron. “Barnier Primeiro Sinistro!”, respondeu a multidão em coro.

“RENUNCIA JÁ, MACRON!”

“E desafiamos todos os charlatões que vieram persuadi-los a não votar a favor desta censura. E especialmente aqueles que dizem representar a rejeição do sistema e que são na realidade o seu seguro de vida mais constante. Estou falando do Reunião

Nacional, de Marine Le Pen”, frisou.

“Ninguém diz que o Sr. Barnier é o responsável pela situação. Todos dizem que é Macron. Portanto, se Macron é o responsável, é ele quem deve ir embora, mais ninguém!”, exortou Mélenchon. “Macron renuncia já!” foi a resposta da multidão. “Esse é o slogan que a partir de agora, em todas as ocasiões e seja qual for o assunto, vamos gritar nas ruas!”, concluiu o líder da LFI.

Em Nantes, vários milhares de pessoas marcharam desde a manhã “contra o golpe de Macron”, segundo a Presse Océan. A frente do cortejo, os manifestantes seguram uma faixa: “Só uma solução: impeachment!”

Em Bordeaux, a manifestação “Contra o golpe de Macron” começou na Place de la Victoire percorrendo mais de 5 quilômetros até chegar à principal praça da cidade, Place de la Bourse.

Em Lyon, Laval, Le Mans, Metz, Montauban e outras cidades milhares de pessoas também se manifestaram contra o “golpe de força” de Emmanuel Macron.

No sistema semipresidencialista da França, o presidente e os membros do governo são eleitos separadamente. Barnier deve tentar formar um governo capaz de sobreviver à censura parlamentar, já que lá a Assembleia Nacional pode levar à dissolução do Governo votando uma moção de censura.

Segundo os resultados finais das eleições legislativas de 7 de julho, a NFP conquistou o maior número de cadeiras: 182. O Juntos, do presidente Emmanuel Macron, veio na sequência, com 168. O Reunião Nacional (RN), partido de Marine Le Pen, de extrema-direita, conseguiu 143. Para obter a maioria absoluta e poder liderar o governo, o partido ou coligação precisa de 289 das 577 cadeiras na Assembleia Nacional.

Jovens turcos expulsam fuzileiros dos EUA: “só trouxeram morte à Palestina”

Norte-americanos foram expulsos da cidade portuária de Esmirna e mandados de volta para o navio: “Têm o sangue palestino nas mãos”, denuncia União da Juventude da Turquia

“Pusemos um saco na cabeça dos soldados americanos do USS Wasp. Os soldados estadunidenses, que têm nas mãos o sangue dos nossos soldados e de milhares de palestinos, não podem contaminar o nosso país”, afirmou a União da Juventude da Turquia, dando um susto em dois fuzileiros navais que tiveram interrompida a sua visita à cidade portuária de Esmirna, no sudoeste da Turquia, na segunda-feira (2).

Os marines haviam chegado na localidade no domingo (1) para uma “permanência regular no porto”, após um exercício de treinamento conjunto com as Forças Navais Turcas, declarou o Departamento de Defesa.

O vídeo publicado nas redes sociais mostra dois fuzileiros à paisana gritando por socorro, enquanto manifestantes entoam “Yankees go home!”. O protesto contou com a participação de militantes da União da Juventude da Turquia, organização estudantil e juvenil reconhecida por sua luta anti-imperialista, filiada ao Partido Vatan (Pátria). Entre os 15 presos está o presidente do grupo juvenil.

“Toda vez que os fuzileiros

pisarem nessas terras, nós os encontraremos do jeito que vocês merecem”, declarou o grupo nacionalista, destacando que os ianques “mereceram” o ataque devido ao “apoio dos Estados Unidos a Israel”.

Diante da repressão, o Partido Comunista Turco também lançou um manifesto condenando a presença do USS Wasp na cidade. “Não queremos o navio dos EUA que trouxe guerra e morte à Palestina em Esmirna”, sublinharam os ativistas.

Nas redes sociais, vários usuários defenderam que “os protestos deveriam acontecer em todos os lugares” pelo mundo afora. Já no X, de Elon Musk, a ação foi qualificada como “nojenta” pelo fato dos fuzileiros terem sido “humilhados” pelos jovens turcos.

“Podemos confirmar as informações de que os militares norte-americanos do USS Wasp foram vítimas de um ataque hoje em Esmirna e que estão agora bem e em segurança. Agradecemos às autoridades turcas a resposta rápida e a investigação em curso”, disse a embaixada dos EUA na Turquia.

A Sexta Frota informou que os dois fuzileiros navais foram auxiliados por outros quatro que se encontravam nas proximidades e, rapidamente, seguiram para um hospital local. Sem lesões, retornaram rapidamente ao USS Wasp.

A herança de Getúlio é o Brasil (2)

Continuação da edição anterior

Estavam fechados os caminhos eleitorais para a mudança. Os meses seguintes seriam de luta intensa dentro da frente a respeito do que fazer: submeter-se ou, como queriam os tenentes – mas não só eles –, insurgir-se. A 1º de maio de 1930, Getúlio lança um manifesto, afirmando que cabe ao povo brasileiro “a solução da contenda”, isto é, o destino do Brasil

CARLOS LOPES

O primeiro pilar em que se sustentou a política econômica do governo de Getúlio Vargas foi o rompimento com a ilusão servil de que o país só poderia sair da crise quando o capitalismo mundial também saísse. Toda

a política da República Velha, a partir da crise de 29, estava baseada nessa melancólica premissa, isto é, a de que quando os países centrais, os países imperialistas, se levantassem, o café e outros produtos agrícolas, nossa “vocaçao natural”, aumentariam outra vez de preço, os lucros dos exportadores de café estariam garantidos, e sobriariam mais recursos para o Estado e o país, que, então, continuaria a viver, ou a vegetar, exatamente como antes.

O segundo pilar da política econômica da Revolução de 30 foi o desmascaramento do engodo de que vivemos num mundo em que todos são iguais, têm iguais oportunidades e concorrem em igualdade de condições num mercado livre. Esse engodo era tanto mais fatal quanto a política dos países centrais para superar a depressão, especialmente a da Inglaterra, consistia, precisamente, em aumentar a espoliação sobre os povos, economias e países dependentes. A política de submissão significava, portanto – e tão somente – o estrangulamento do país. Tornou-se claro para Getúlio a implacável guerra de monopólios em que tinham se transformado as relações internacionais, particularmente as relações econômicas entre países capitalistas centrais e países como o nosso.

O terceiro pilar da política econômica revolucionária foi o estancamento da hemorragia externa, com o direcionamento dos nossos recursos para o desenvolvimento.

No dia 21 de setembro de 1931, o Brasil suspendeu oficialmente a drenagem de recursos para os bancos externos. Em 10 de outubro, durante reunião do Ministério, é decidido que “parte das quantias cujo pagamento é suspenso seja empregada no desenvolvimento econômico do país, e que não seja toda ela reservada para o oportuno restabelecimento do serviço da dívida”.

A partir de então, banqueiros, monopolistas e representantes imperialistas, antes tão petulantes e seguros de que mandavam – e, principalmente, de que desmandavam – no país, tiveram que lidar, naturalmente que a contragosto, com uma Nação e não com uma colônia. Em dezembro de 1931 eles começaram a entrar em acordo com o Brasil, e em março de 1932 eles o fazem formalmente.

O quarto pilar da política de reconstrução econômica foi colocar a produção e exportação de café a serviço do país, investindo parte dos recursos advin-



dos daí na industrialização do Brasil.

Antes da revolução, a política em relação ao café era traçada pelo Conselho Nacional do Café (CNC), um órgão escolhido pelos “Estados produtores”, ou seja, diretamente pela oligarquia cafeeira e não pelo governo. Como o governo federal e o poder político da oligarquia eram praticamente a mesma coisa, não havia necessidade de nenhum controle público sobre a produção e a exportação da principal mercadoria e fonte de divisas do país. Cabia ao governo meramente garantir a “independência” do CNC em relação à sociedade – e referendar os interesses de produtores e exportadores, com os empréstimos externos para a aquisição de estoques, de onde vinham os seus lucros, forçando o conjunto da população a pagar essa dívida.

O resultado era uma inundação de café impossível de ser absorvida por qualquer mercado, seja externo ou interno, pois o governo sempre comprava o excesso. Em 1929, a produção brasileira de café atingiu 28 milhões e 941 mil sacas (1 saca=60 kg), enquanto a exportação foi de 14 milhões e 281 mil sacas. Ou seja, fora o consumo interno, que não era muito num país com população relativamente pequena, sobriaram quase 15 milhões de sacas.

Getúlio agiu no sentido, primeiro, de defender o preço do café, queimando estoques: era o nosso principal produto, de onde poderiam vir os recursos para o desenvolvimento do país. No entanto, era exatamente o produto sob o domínio dos antigos detentores do poder, depostos pela revolução.

O primeiro conflito ocorreu logo em março de 1931: diante da débacle mundial, o preço da saca havia caído para 8 centavos de dólar, e continuava caindo. Os representantes da oligarquia propõem, então, o uso de recursos públicos para elevar a 12 centavos o preço pelo qual vendiam o produto.

Getúlio decide recusar esse sacrifício da coletividade em prol de uma minoria.

Em setembro, o Conselho Nacional do Café foi subordinado ao Ministério da Fazenda – seria depois extinto, com a fundação do Departamento Nacional do Café. Em dezembro, foi instituída uma nova política para o produto, com o aumento do imposto de exportação e a destruição de 12 milhões de sacas/ano. Por um lado, aumentava-se



a receita do Estado, colocando os recursos do café à disposição do desenvolvimento. Por outro, impedia-se que o preço caísse ainda mais, para manter o emprego, a renda e o valor da moeda até que uma nova estrutura econômica, tendo por base a indústria, se consolidasse.

A política sobre o café passava, então, a ser determinada pelo Brasil e não pelo exterior.

Com a suspensão das transferências aos bancos externos e a passagem das decisões sobre o café para o Estado, era a própria política econômica que passava ao controle da Nação. Até então ela estivera sob o controle externo (v. HP 23/08/2006, **Revolução de 1930: os quatro pilares da reconstrução econômica de Vargas**).

3

A República Velha, disse Getúlio, era “um infinito Saara moral, privado de sensibilidade e sem acústica. O povo oprimido e faminto. O regime representativo golpeado de morte, a subversão do sufrágio popular”.

Com efeito.

Rompida a aliança que tinha sustentado Washington Luiz e lançada, pelo governador mineiro, a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, esta se tornou o desagudouro de todas as insatisfações, de todas as esperanças e de todas as aspirações populares a um Brasil desenvolvido, independente e justo.

A 2 de janeiro de 1930, na capital do país, Getúlio apresentou o seu programa – o programa da frente que se chamava “Aliança Liberal”. Antes prevista para um local fechado, a apresentação teve de ser feita em praça pública, na Esplanada do Castelo, pois o governo havia conseguido que todos os auditórios procurados se fechassem diante da candidatura da oposição.

Esperava-se o comparecimento de uns poucos – a apresentação de um programa de governo nunca atraía muita gente. Aliás, havia quase dez anos nem mesmo os comícios dos candidatos a presidente atraíam gente, pois já se sabia o resultado de antemão. Desde a candidatura de Nilo Peçanha contra Bernardes, praticamente ninguém se interessava por comícios.

Quanto aos programas, resumiam-se sempre à “salvação da lavoura”, expressão que passou para o

anedotário nacional e que não significava outra coisa senão a proteção dos interesses cafeeiros às custas de todo o povo.

Mas naquele segundo dia de janeiro compareceram mais de 100 mil pessoas, o que se repetiu dias depois em São Paulo – que a oligarquia tinha como sua propriedade –, numa época em que o Brasil, para não falar da população dessas duas cidades, tinha menos de um terço dos habitantes de hoje, e sem que houvesse ainda a tecnologia de som atual.

Mesmo assim, as milhares de pessoas ocuparam o centro das duas principais cidades do país, aplaudiram as palavras do seu candidato, e o saudaram efusivamente ao final.

O programa da Aliança Liberal, lido em forma de manifesto por Getúlio, incluía o fim do voto de cabresto, com uma nova lei eleitoral que garantisse o voto secreto e universal; o ensino público geral; a reorganização da Justiça; políticas estatais para alimentação, moradia, amparo da mulher, da criança, dos idosos e dos inválidos; amparo, com concessão de créditos, à produção nacional – indústria e agricultura e também ao comércio e setor financeiro nacionais; garantia de salário e de repouso remunerado; estímulo ao esporte e à cultura; incentivos ao Nordeste e apoio às vítimas da seca; colonização da Amazônia.

Era já, fundamentalmente, como já dissemos, o programa da revolução que seria deflagrada nove meses depois. Eleger Getúlio contra o prócer da oligarquia, imposto por Washington Luiz, seria a revolução. Se ela não se deu por essa via, foi exclusivamente pela resistência dessa oligarquia, que fraudou, escandalosamente, o resultado das eleições.

Assim perceberam os tenentes, com uma exceção, somando-se à campanha da Aliança Liberal, a mais ampla e profunda frente nacional e popular já formada até então no país, superando, nestes dois pontos – amplitude e profundidade – as que fizeram a Independência e a República. Formavam-na desde setores que antes tinham se subordinado à oligarquia cafeeira – de Minas, do Rio Grande do Sul finalmente unido por Getúlio após décadas de guerras e conflitos, da Paraíba, cujo governador, João Pessoa, era o candidato a vice-presidente – até o elemento autenticamente popular que eram os revo-

lucionários de 22, 24 e da Coluna. Estes, com Getúlio, iriam vertebrar, política e ideologicamente a Aliança, da campanha eleitoral à revolução.

O que houve no dia do pleito, 1º de Março de 1930 – e o clima resultante – é sinteticamente retratado na resposta, ironicamente arrasadora, de Oswaldo Aranha, então governador interino do Rio Grande do Sul, ao arrogante telegrama de Washington Luiz comunicando a “eleição” do seu candidato:

“Presidente da República – Palácio do Catete – Rio. Agradeço o telegrama de Vossa Excelência, cujos termos farei publicar por virem tranquilizar a opinião pública do país, pela confirmação feita com a autoridade do supremo magistrado da República, de que ‘o brasileiro, consciente dos seus direitos, só será governado pelo eleito de sua vontade soberana’. Não era outra a nossa convicção quando nos empenhamos nesta luta eleitoral, confiantes na cultura e na civilização do nosso povo e dos seus governantes. Fechar as urnas, negar boletins, não instalar mesas, recusar fiscais, adulterar resultados, afugentar eleitores, comprar votos, falsar alistamento, invadir as mesas com policiais, arrebatar livros eleitorais e procurações de candidatos, fazer eleição antecipada, não aceitar votação em cartório, sonegar, enfim, ao cidadão o direito de votar ou forçá-lo contra a sua consciência, são fatos degradantes que verificados, tínhamos antecipadamente certeza que não influiriam no resultado do pleito, repugnando a qualquer caráter medianamente honesto e merecendo a condenação de todos os brasileiros. Tenho, infelizmente, de fatos semelhantes, denúncias documentadas em relação a muitos Estados, especialmente São Paulo, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Paraná e Sergipe (...). Estamos confiantes e tranquilos, desejosos de concorrer, com honestidade e firmeza políticas, para o êxito desta campanha cívica de grande alcance para a nossa civilização, como Vossa Excelência muito bem afirma, em seu telegrama. Correspondendo ao pedido de Vossa Excelência, transmito o resultado até o momento conhecido aqui: Getúlio Vargas, 278.321 votos e Júlio Prestes, 789, faltando alguns municípios e seções de outros. Aguardando as informações prometidas por Vossa Excelência,

A 2 de janeiro de 1930, na capital do país (foto), Getúlio apresentou o seu programa – o programa da frente que se chamava “Aliança Liberal”. Antes prevista para um local fechado, a apresentação teve de ser feita em praça pública, na Esplanada do Castelo, pois o governo havia conseguido que todos os auditórios procurados se fechassem diante da candidatura da oposição. Esperava-se o comparecimento de uns poucos (...) Mas naquele segundo dia de janeiro compareceram mais de 100 mil pessoas, o que se repetiu dias depois em São Paulo – que a oligarquia tinha como sua propriedade –, numa época em que o Brasil, para não falar da população dessas duas cidades, tinha menos de um terço dos habitantes de hoje, e sem que houvesse ainda a tecnologia de som atual. Mesmo assim, as milhares de pessoas ocuparam o centro das duas principais cidades do país, aplaudiram as palavras do seu candidato, e o saudaram efusivamente ao final

transmitirei tudo quanto possa interessar à apuração da verdade eleitoral nesta campanha”.

4

Estavam fechados os caminhos eleitorais para a mudança. Os meses seguintes seriam de luta intensa dentro da frente a respeito do que fazer: submeter-se ou, como queriam os tenentes – mas não só eles –, insurgir-se. A 1º de maio de 1930, Getúlio lança um manifesto, afirmando que cabe ao povo brasileiro “a solução da contenda”, isto é, o destino do Brasil.

O assassinato de João Pessoa, nos últimos dias de julho, iria cobrar uma decisão de todos os setores que tinham formado a Aliança Liberal. A partir de então, discutia-se não mais o que fazer, mas quando fazer – e como fazer.

Continua na próxima edição